

TABELA COMPARATIVA DETALHADA — ESTATUTO 2015 PARA ESTATUTO PROPOSTO EM 2026

Associação Comercial, Industrial, Agrícola e de Prestação de Serviços de São José dos Pinhais — ACIAP

A tabela a seguir indica o artigo ou conjunto de artigos do Estatuto 2015 em revisão, o texto original em transcrição/síntese fiel, o artigo correspondente no Estatuto 2026 proposto, o texto proposto e a natureza da alteração. Em temas novos, a indicação aparece em tabela específica com os artigos novos e seus assuntos.

Fontes utilizadas: estatuto original; estatuto sugerido e discussões no grupo de whatsapp, anotações do Adilson Matoso, Cesar Sch., Christian Bundt.

Síntese das mudanças mais relevantes

- A versão proposta deixa de ser apenas uma revisão redacional e passa a ser uma reorganização estatutária ampla, com 103 artigos.
- Foram criadas ou reforçadas regras de governança, orçamento, Conselho Fiscal, transparência, compliance, conflito de interesses e contratação de associados/conselheiros.
- Foram incorporadas bases estatutárias para captação, gestão, execução e prestação de contas de projetos com recursos públicos, privados, incentivados, fundos, emendas, cultura, esporte, ciência, tecnologia e inovação.
- Foram diferenciadas categorias de associados e seus direitos políticos, reduzindo risco de influência eleitoral por usuários ocasionais, beneméritos ou associados institucionais.
- A terminologia “Câmaras Setoriais” foi substituída por “Núcleos Setoriais e Multissetoriais”, vinculados ao Programa Empreender.

1. “De → para” dos artigos e temas alterados

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
CAPÍTULO I — Denominação, sede e prazo	Art. 1º	A associação é qualificada como pessoa jurídica de direito privado, sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 15/07/1964, constituída por pessoas físicas e jurídicas associadas. Parágrafo único: permite uso do nome fantasia “Associação Empresarial de São José dos Pinhais”.	Art. 1º	Art. 1º A ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (Aciap), inscrita no CNPJ sob nº 77.537.843/0001-56, fundada em 15 de julho de 1964, na cidade de São José dos Pinhais, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída pelas pessoas físicas e jurídicas a ela associadas, regida pelo presente Estatuto Social e pelas	Alterado. Inclui CNPJ, moderniza a qualificação como pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclui Cacileste, FACIAP e CACB, e condiciona uso de logomarcas à manutenção de vínculos ou convênios.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				disposições legais aplicáveis. Parágrafo Primeiro. A Aciap poderá usar, para fins comerciais e de divulgação, o nome fantasia “Associação Empresarial de São José dos Pinhais”. Parágrafo Segundo. A Aciap representa São José dos Pinhais na composição associativa da Coordenadoria das Associações Comerciais e Empresariais do Leste do Paraná (Cacileste), da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) e da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB). Parágrafo Terceiro. A Aciap poderá utilizar as logomarcas da Cacileste, da FACIAP e da CACB, em conjunto com sua própria logomarca, enquanto mantidos os vínculos institucionais ou convênios e autorizações correspondentes.	
CAPÍTULO I — Denominação, sede e prazo	Art. 2º	Sede na Rua Joaquim Nabuco, 1869, Centro, São José dos Pinhais/PR, e foro na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba — Foro Regional de São José dos Pinhais/PR.	Art. 2º	Art. 2º A Aciap tem sede na Rua Joaquim Nabuco, 1869, Centro, São José dos Pinhais, Paraná, e foro na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais. Parágrafo único. A alteração do endereço da sede poderá ser realizada por proposta da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho Deliberativo, dispensada a convocação de Assembleia Geral, desde que o novo endereço esteja situado no Município de São José dos Pinhais.	Alterado. Mantém sede e foro, mas cria regra para mudança de endereço dentro do Município sem necessidade de Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho Deliberativo.
CAPÍTULO I — Denominação, sede e prazo	Arts. 3º e 4º	Art. 3º: prazo de duração indeterminado e ausência de limite de associados. Art. 4º: declaração de utilidade pública pela Lei Municipal nº 04/78.	Arts. 3º e 4º	Art. 3º A Aciap tem prazo de duração indeterminado e não há limite de associados participantes. Art. 4º A Aciap é declarada de Utilidade Pública nos termos da Lei Municipal nº 04/78.	Mantido, com atualização apenas de estilo e padronização da redação.
CAPÍTULO II — Princípios e finalidades	Art. 5º	Define princípios da ACIAP: defesa dos ideais e objetivos econômicos e sociais das classes representadas; unidade das classes; progresso do município, estado e país; formação de entidades congêneres; função social da empresa; apoio aos poderes constituídos quando coerentes com finalidades democráticas; democracia e liberdades fundamentais; combate ao abuso do poder econômico; governança e responsabilidade corporativa.	Art. 5º	Art. 5º A Aciap é entidade representativa de suas associadas, cujos interesses representará perante os poderes constituídos, tendo por finalidade a defesa das atividades empresariais dentro de um Estado Democrático de Direito, onde prevaleçam os princípios de legitimidade do lucro, livre iniciativa, livre concorrência, propriedade privada, valorização do trabalho e do salário justo, responsabilidade social empresarial, gestão com responsabilidade socioambiental, transparência, ética, inovação e desenvolvimento sustentável.	Alterado. O texto deixa de tratar o Art. 5º como lista extensa de objetivos e passa a consolidar princípios. Substitui a expressão “órgão superior” por “entidade representativa” e acrescenta responsabilidade social empresarial, gestão socioambiental, inovação e sustentabilidade.
CAPÍTULO II — Princípios e finalidades	Art. 6º	Finalidades: representar classes do quadro associativo; defender interesses dos associados; solidariedade entre classes produtoras; obter informações e serviços; proteção jurídica, administrativa e fiscal; dirimir conflitos; apoiar desenvolvimento; manter biblioteca e publicações;	Art. 6º	Art. 6º São finalidades da Aciap: I. representar as classes que formam o seu quadro associativo; II. defender os legítimos interesses e direitos dos associados; III. incentivar o espírito de solidariedade entre as classes produtoras e a sociedade em geral; IV. obter informações, desenvolver serviços e adotar medidas que salvaguem e desenvolvam as	Alterado e reorganizado. Mantém as finalidades históricas, retira sobreposições, atualiza linguagem e amplia campos: educação profissional, serviços digitais, certificação digital, assinatura

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
		apoiar pesquisas; sugerir leis; manter relação com entidades; promover eventos; promover cultura; firmar convênios/parcerias; criar conselhos, departamentos, assessorias, câmaras técnicas e núcleos; participar de entidades similares; representar filiados judicial/extrajudicialmente; sugerir projetos estruturais; defender livre iniciativa; colaborar com poder público; desenvolver aproximação com poderes públicos e gerir recursos de integração social.		atividades dos associados e da comunidade em geral; V. facilitar o acesso dos associados à proteção jurídica, administrativa e fiscal, por meio de órgãos competentes; VI. difundir e apoiar meios adequados de solução de conflitos, especialmente conciliação, mediação e arbitragem, quando solicitada; VII. colaborar na realização de obras, políticas, programas e iniciativas que visem ao desenvolvimento das classes que representa e da sociedade em que se insere; VIII. apoiar e estimular pesquisas jurídicas, econômicas, sociais, científicas, tecnológicas e de inovação; IX. apresentar sugestões aos setores da administração pública municipal, estadual e federal sobre leis, políticas públicas, programas e medidas que visem às atividades comerciais, industriais, agrícolas, empresariais, profissionais, tecnológicas e de serviços; X. manter correspondência, relacionamento e cooperação com outras associações, entidades de representação, universidades, instituições de ciência e tecnologia, entidades do Sistema S, agências de fomento, organismos nacionais e internacionais e demais instituições públicas ou privadas; XI. promover e organizar encontros, palestras, simpósios, seminários, pesquisas, conferências, círculos de debates, feiras, missões técnicas, rodadas de negócios, cursos, treinamentos e demais atividades de interesse institucional; XII. firmar convênios, parcerias, acordos, ajustes, contratos, termos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração, instrumentos congêneres e outros instrumentos jurídicos admitidos em lei, com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, inclusive mediante remuneração, comissão, taxa de administração ou ressarcimento de custos quando juridicamente permitido; XIII. organizar, manter e criar conselhos, departamentos, assessorias, câmaras técnicas, comissões, comitês, núcleos setoriais e multissetoriais, núcleos territoriais e grupos de trabalho; XIV. participar das reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias de entidades similares, de âmbito municipal, estadual, nacional ou internacional; XV. representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, inclusive por meio dos instrumentos processuais coletivos constitucionalmente assegurados; XVI. defender as atividades empresariais dentro de uma	eletrônica, IA, software de gestão, comércio exterior, desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				ordem econômica fundada na livre iniciativa e na valorização do trabalho; XVII. proporcionar ou colaborar com o poder público em atividades que visem ao desenvolvimento da economia e da sociedade de São José dos Pinhais e da região; XVIII. desenvolver a aproximação com os poderes públicos municipal, estadual e federal para discutir e participar das decisões que afetem os associados, os empreendedores e os cidadãos da região; XIX. promover a educação profissional, executiva, empreendedora, financeira, tecnológica e cidadã de empresários, trabalhadores, estudantes e comunidade, podendo instituir e manter entidade de ensino, cursos, certificações e convênios para qualificação profissional; XX. criar, manter, apoiar, executar, gerir ou patrocinar, por si ou mediante convênios e parcerias, benefícios às associadas e atividades de natureza cultural, social, educacional, científica, tecnológica, esportiva, filantrópica, ambiental, turística e de desenvolvimento local; XXI. desenvolver atividades ou parcerias na prestação de serviços de certificação digital, proteção e recuperação de crédito, gestão de documentos, assinatura eletrônica, cartões de benefícios, emissão de documentos eletrônicos, inteligência artificial, suporte jurídico, certificação de origem, promoção ao comércio exterior, softwares de gestão empresarial, campanhas promocionais e demais atividades que beneficiem a classe empresarial; XXII. celebrar convênios, acordos, ajustes, termos e instrumentos congêneres com órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, nas esferas municipal, estadual, distrital e federal; XXIII. promover o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade socioambiental, a inovação, a competitividade empresarial, a inclusão produtiva, a economia criativa e o empreendedorismo; XXIV. elaborar, propor, captar, receber, administrar, executar, monitorar e prestar contas de projetos financiados por recursos próprios, privados, públicos, nacionais ou internacionais, inclusive por mecanismos de incentivo fiscal, editais, fundos públicos ou privados, emendas parlamentares, patrocínios, doações, subvenções e instrumentos congêneres; XXV. desenvolver, apoiar e gerir projetos culturais, de	

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				economia criativa, memória empresarial, patrimônio cultural, audiovisual, produção editorial, eventos culturais, formação cultural e democratização do acesso à cultura; XXVI. desenvolver, apoiar e gerir projetos desportivos e paradesportivos, nas manifestações educacional, de participação, de formação, de lazer, de inclusão social e de rendimento, observada a legislação aplicável; XXVII. desenvolver, apoiar e gerir projetos de ciência, tecnologia e inovação, incluindo pesquisa básica ou aplicada de carácter científico ou tecnológico, desenvolvimento de novos produtos, serviços, processos, modelos de negócio, soluções digitais, inteligência artificial, transformação digital, inovação aberta, incubação, aceleração de empresas, ambientes promotores de inovação, propriedade intelectual, transferência de tecnologia e articulação do ecossistema de inovação. Parágrafo único. A Aciap não poderá envolver-se diretamente em assuntos religiosos ou político-partidários, sem prejuízo da celebração de parcerias com o poder público e da manifestação institucional sobre políticas públicas, leis, programas e medidas de interesse de suas finalidades estatutárias.	
CAPÍTULO III — Patrimônio e receitas	Art. 7º	O patrimônio social era descrito a partir da sede social própria, localizada na Rua Joaquim Nabuco, 1869, matriculada no cartório, e previa incorporação automática de outros bens móveis e imóveis adquiridos.	Art. 7º	Art. 7º O patrimônio social da Aciap é constituído por bens móveis e imóveis que lhe pertencem, marcas, patentes, ativos digitais, domínios, softwares licenciados ou desenvolvidos, bases de dados, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direitos de uso, direitos creditórios e outros bens, direitos e ativos que venham a ser adquiridos ou recebidos em doação, legado, patrocínio, cessão, transferência ou qualquer outra forma admitida em lei.	Alterado. O patrimônio deixa de se limitar à sede e bens físicos e passa a abranger bens móveis e imóveis, marcas, patentes, ativos digitais, domínios, softwares, bases de dados, direitos de propriedade intelectual e demais bens recebidos ou adquiridos.
CAPÍTULO III — Patrimônio e receitas	Art. 8º	Fontes de recursos: mensalidades; serviços prestados aos associados e à comunidade; outras fontes oriundas de atividades patrocinadas pela ACIAP; convênios e parcerias celebrados com órgãos públicos e privados, nacionais ou internacionais.	Art. 8º	Art. 8º Constituem receitas da Aciap: I. contribuições financeiras mensais, anuais ou extraordinárias dos associados; II. valores cobrados por benefícios, produtos, serviços, soluções e plataformas disponibilizados, sejam eles produzidos, administrados, intermediados, licenciados ou contratados pela entidade; III. taxas de filiação, adesão, renovação, manutenção, utilização, administração, intermediação ou ressarcimento de custos; IV. doações, legados, subvenções, auxílios, contribuições, patrocínios e repasses financeiros oriundos de convênios, acordos ou parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais, desde que sem condicionantes que comprometam a autonomia e os fins	Alterado substancialmente. Amplia receitas para contribuições mensais, anuais e extraordinárias; produtos, serviços, soluções e plataformas; taxas diversas; doações, legados, subvenções, patrocínios, editais, fundos, programas governamentais, incentivos fiscais, termos de fomento/colaboração, emendas parlamentares e instrumentos congêneres. Inclui vedação de

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				institucionais da entidade; V. rendimentos de aplicações financeiras, juros, correção monetária e demais receitas financeiras; VI. receitas provenientes de bens patrimoniais, incluindo aluguéis, arrendamentos, concessões de uso, cessões de uso, licenciamento de bens, marcas, direitos e ativos; VII. valores oriundos de cursos, treinamentos, eventos, publicações, locação de espaços, feiras, missões, rodadas de negócios, campanhas promocionais e demais atividades de natureza educacional, cultural, promocional, técnica ou institucional; VIII. recursos captados por meio de editais públicos ou privados, projetos de fomento, programas governamentais, chamadas públicas, fundos públicos, fundos privados, fundos patrimoniais e instrumentos nacionais ou internacionais de cooperação; IX. receitas decorrentes de ações culturais, esportivas, científicas, tecnológicas, educacionais, ambientais, sociais, turísticas e de desenvolvimento local, incluindo captação e gestão de recursos oriundos de mecanismos de incentivo fiscal, observada a legislação específica de cada programa; X. recursos provenientes de termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, convênios, contratos de gestão, contratos, parcerias, emendas parlamentares e instrumentos congêneres; XI. receitas decorrentes da execução, administração, coordenação, prestação de contas, gestão operacional ou apoio técnico a projetos, desde que compatíveis com o instrumento jurídico, com a legislação aplicável e com as finalidades da entidade; XII. quaisquer outras receitas lícitas, compatíveis com as finalidades da entidade e permitidas pela legislação vigente. Parágrafo Primeiro. As receitas serão integralmente aplicadas na realização dos objetivos institucionais, sendo expressamente vedada a distribuição de lucros, sobras, excedentes operacionais, dividendos, bonificações ou vantagens de qualquer natureza a associados, conselheiros, diretores ou colaboradores, sem prejuízo de remuneração contratual legítima de empregados, prestadores de serviço ou fornecedores, quando admitida neste Estatuto, no Regimento Interno e na legislação aplicável. Parágrafo Segundo. A Diretoria Executiva deverá submeter anualmente ao Conselho Deliberativo proposta de constituição, manutenção ou recomposição de Fundo de Reserva Institucional, recomendando-se a destinação de até 10% do superávit do exercício, sem prejuízo das obrigações	condicionantes que comprometam autonomia e cria base estatutária para gestão de recursos incentivados.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				assumidas em projetos vinculados, convênios, parcerias, fundos, termos ou instrumentos com destinação específica. Parágrafo Terceiro. A utilização do Fundo de Reserva Institucional dependerá de deliberação fundamentada do Conselho Deliberativo, com parecer prévio do Conselho Fiscal, sendo vedada sua destinação para despesas alheias às finalidades institucionais.	
CAPÍTULO IV — Quadro social	Art. 9º	Quadro social constituído por pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos; profissionais liberais e empresa rural; associações, fundações, cooperativas e institutos.	Art. 10	Art. 10. O quadro social da Aciap será constituído por pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, pessoas físicas, profissionais liberais, autônomos, produtores rurais, associações, fundações, cooperativas, institutos, universidades, instituições de ciência e tecnologia, entidades públicas e privadas e entidades de qualquer natureza compatíveis com as finalidades da Aciap.	Alterado. Amplia expressamente para pessoas físicas, autônomos, produtores rurais, prefeitura, câmara municipal, institutos e entidades de qualquer natureza. Corrige a dúvida sobre “empresas rurais” com a inclusão de produtores rurais.
CAPÍTULO IV — Categorias de associados	Art. 10	Categorias: Fundadores, Beneméritos e Efetivos. Fundadores participaram da fundação; Beneméritos prestaram relevantes serviços e podiam ficar isentos; Efetivos eram pessoas físicas ou jurídicas admitidas e em dia com contribuições; também havia “efetivos qualificados” para integrantes do quadro administrativo.	Art. 11	Art. 11. Os associados são classificados em: I. com contribuição mensal, anual ou contratual: a. Efetivos: empresas de qualquer natureza ou ramo de atividade, pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, profissionais liberais, autônomos, produtores rurais ou pessoas que exerçam atividade relacionada às finalidades econômicas, empresariais, profissionais ou institucionais da Aciap, admitidas ao quadro de associados e em dia com as respectivas contribuições; b. Usuários: pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que fazem uso de serviço, solução, produto, plataforma, projeto ou benefício específico ofertado pela entidade, vinculando-se ao quadro de associados pelo período de duração do contrato, termo ou instrumento de prestação de serviço, sendo o desligamento automático ao término deste, salvo manifestação expressa de interesse em migrar para a categoria Efetiva; II. isentos de contribuição mensal ordinária: a. Fundadores: aqueles que participaram da fundação da entidade e, como tais, inscreveram-se até a aprovação do Estatuto inicial; b. Beneméritos: aqueles que tenham prestado relevantes serviços à entidade, à economia do Município, do Estado ou do País, e à classe empresarial; c. Institucionais: pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, que, sem fins comerciais perante a Aciap, contribuam com projetos, ações, parcerias ou iniciativas promovidas pela entidade, colaborando para o cumprimento de suas finalidades institucionais. Parágrafo Primeiro. Apenas os associados Efetivos adimplentes e os Fundadores que mantenham	Alterado substancialmente. Cria classificação mais precisa: Efetivos, Usuários, Fundadores, Beneméritos e Institucionais. Separa associados com contribuição, usuários de serviços e isentos. Restringe direitos políticos aos Efetivos adimplentes e Fundadores com vínculo ativo, e veda que associados institucionais de direito público ocupem órgãos de direção ou fiscalização.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				vínculo associativo ativo, cadastro atualizado e inexistência de impedimentos estatutários gozam de direitos políticos plenos, incluindo direito de voto nas Assembleias Gerais e candidatura aos cargos eletivos da entidade, respeitadas as demais condições de elegibilidade. Parágrafo Segundo. Os associados Usuários, Beneméritos e Institucionais não possuem direito de voto nem elegibilidade para cargos eletivos, podendo participar de atividades, comissões, projetos ou reuniões em caráter técnico, consultivo ou institucional, quando convidados ou autorizados pelo órgão competente. Parágrafo Terceiro. Os associados Institucionais de direito público não poderão ocupar cargos na Diretoria Executiva, no Conselho Deliberativo ou no Conselho Fiscal, preservando a autonomia e a independência da entidade em relação ao poder público.	
CAPÍTULO IV — Qualidade de associado	Art. 11	A qualidade de associado é intransmissível. Pessoas jurídicas são representadas por pessoas físicas indicadas pela empresa associada, ainda que não estejam no quadro societário, por procuração ou autorização escrita. Associados não respondem pelas obrigações da ACIAP.	Art. 12	Art. 12. A qualidade de associado é intransmissível. As pessoas jurídicas serão representadas pelas pessoas físicas indicadas pela empresa ou entidade associada, ainda que não estejam no quadro societário, mediante procuração, autorização por escrito ou cadastro eletrônico validado pela Aciap. Os associados não respondem individual, subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela entidade.	Mantido com ajuste. Atualiza linguagem e estende a representação para empresa ou entidade associada, preservando intransmissibilidade e inexistência de responsabilidade pessoal dos associados pelas obrigações da entidade.
CAPÍTULO IV — Admissão	Arts. 12 a 14	Art. 12: pode ser associada pessoa física ou jurídica de conceito e reputação ilibados, legalmente capaz e inserida no quadro social. Art. 13: admissão de associado efetivo mediante quórum qualificado pela Diretoria Executiva; recurso ao Conselho Deliberativo. Art. 14: admissão de benemérito por proposta de associado e aprovação do Conselho Deliberativo por quórum qualificado.	Arts. 13 a 17	Art. 13. Pode ser admitida como associada toda pessoa física ou jurídica de conceito e reputação ilibados, legalmente capaz, inserida nas categorias previstas no Art. 11, mediante preenchimento de proposta de filiação em formulário padronizado disponibilizado pela Aciap, física ou digitalmente, conforme critérios definidos no Regimento Interno. Parágrafo único. A proposta de filiação deverá conter a identificação completa do candidato, declaração de ausência de impedimentos legais e declaração de ciência e aceitação das disposições deste Estatuto, do Regimento Interno e das políticas internas aplicáveis. Art. 14. A admissão de associado nas categorias Efetiva e Usuária dar-se-á de forma automática quando o candidato atender cumulativamente às condições objetivas estabelecidas no Regimento Interno, sendo dispensada deliberação específica da Diretoria Executiva para cada caso. Parágrafo Primeiro. A Diretoria Executiva tomará conhecimento das admissões automáticas realizadas no período em reunião ordinária subsequente ou por meio digital, mediante relatório consolidado elaborado pela secretaria da entidade.	Alterado. Cria formulário padronizado, declaração de ciência do Estatuto e Regimento Interno, admissão automática para Efetivos e Usuários quando cumpridos critérios objetivos, revisão em até 60 dias, recurso ao Conselho Deliberativo e regra própria para Beneméritos e Institucionais.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				Parágrafo Segundo. A admissão automática poderá ser revista pela Diretoria Executiva, de ofício ou mediante denúncia fundamentada, no prazo de até 60 dias contados da data de ingresso, caso seja constatada falsidade nas declarações ou inobservância de qualquer das condições previstas neste Estatuto e/ou no Regimento Interno, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Art. 15. Nos casos em que o candidato não atenda às condições previstas no Art. 14, a admissão será submetida à deliberação da Diretoria Executiva, podendo ocorrer em reunião ordinária ou por meio digital, com prazo máximo total de 60 dias corridos entre o protocolo da proposta e a comunicação da decisão ao candidato. Parágrafo único. O candidato não aprovado poderá recorrer ao Conselho Deliberativo, no prazo de 10 dias corridos contados da ciência da decisão, sendo a deliberação do Conselho soberana e definitiva em sede administrativa. Art. 16. A admissão de associado Benemérito far-se-á mediante proposta formal de qualquer associado Efetivo ativo, dirigida ao Conselho Deliberativo, com deliberação por maioria simples dos presentes. Art. 17. A admissão de associado Institucional far-se-á por decisão do Presidente da Diretoria Executiva, comunicada à Diretoria Executiva na primeira reunião ordinária subsequente.	
CAPÍTULO IV — Desligamento	Art. 15	Para exclusão espontânea, o associado encaminhava solicitação de afastamento temporário ou definitivo, comprovando estar em dia com mensalidades, por correspondência dirigida à ACIAP. Em caso de falecimento, o associado era automaticamente excluído desde a data do fato.	Arts. 18 a 22	Art. 18. O desligamento do associado poderá ser temporário ou definitivo e dar-se-á de forma espontânea, mediante solicitação encaminhada à entidade por qualquer meio físico ou digital, sendo processado pela secretaria no prazo de até 2 dias úteis, dispensada deliberação da Diretoria Executiva. Parágrafo único. O desligamento do associado não implica desobrigação de saldar débitos pendentes junto à tesouraria, salvo nas hipóteses expressamente previstas neste Estatuto ou em deliberação fundamentada do órgão competente. Art. 19. O desligamento temporário terá prazo máximo de 6 meses, findo o qual o associado retornará automaticamente ao quadro social na categoria anterior, caso não haja manifestação expressa de desligamento definitivo, nos termos do Regimento Interno. Art. 20. Em caso de falecimento de associado pessoa física, o desligamento será automático e imediato a partir do comunicado formal à entidade, com remissão automática das contribuições mensais ou anuais pendentes, sendo vedada sua cobrança contra o espólio, salvo débitos de serviços específicos já prestados cujos contratos prevejam expressamente a	Alterado substancialmente. Substitui “exclusão espontânea” por “desligamento”; permite solicitação por meio físico ou digital; define desligamento temporário por até 6 meses; trata falecimento de pessoa física com remissão de contribuições pendentes; preserva vínculo da pessoa jurídica em caso de falecimento de sócio/administrador; e disciplina falência, liquidação, dissolução ou encerramento formal da pessoa jurídica.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				responsabilidade do espólio Art. 21. Em caso de falecimento do titular, sócio ou administrador de pessoa jurídica associada, a empresa ou entidade não será automaticamente desligada, preservando-se o vínculo associativo em razão de sua personalidade jurídica própria. O administrador, sócio remanescente ou representante legal deverá comunicar o fato à entidade no prazo de 90 dias, informando a continuidade das atividades e o novo representante credenciado. Art. 22. Em caso de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução ou encerramento formal da pessoa jurídica associada, o desligamento será automático a partir da comunicação formal à entidade, mantendo-se a obrigação de quitação dos valores pendentes nos termos da legislação aplicável.	
CAPÍTULO IV — Penalidades	Arts. 16 e 17	Art. 16: exclusão por justa causa mediante processo administrativo perante a Diretoria Executiva; hipóteses incluíam condenação criminal, insolvência, autofalência, falência, recuperação judicial/extrajudicial, descrédito da ACIAP, inadimplência por mais de 3 meses, reincidência após suspensão e declaração falsa. Art. 17: suspensão por até 30 dias por ofensa à entidade/conselheiros/diretores ou desrespeito às decisões dos órgãos.	Arts. 23 a 28	Art. 23. As penalidades aplicáveis aos associados são, em ordem crescente de gravidade: advertência, suspensão e exclusão, assegurados em todos os casos o contraditório e a ampla defesa. Art. 24. A advertência, formalizada por ofício reservado assinado pelo Presidente da Diretoria Executiva, será aplicada ao associado que praticar falta leve, assim considerada a conduta ofensiva à entidade, seus conselheiros, diretores, colaboradores ou associados, ou ações contrárias ao espírito de associativismo que prejudiquem a imagem ou os interesses da entidade sem gravidade que justifique penalidade mais severa. Art. 25. Poderá ser suspenso por até 30 dias, a critério do Conselho Deliberativo, o associado que reincidir em ato já punido por advertência, desrespeitar as decisões dos órgãos competentes da entidade, ou, após notificação formal e concessão de prazo mínimo de 15 dias para regularização, permanecer inadimplente por período superior a 60 dias. Art. 26. Poderá ser excluído do quadro de associados, por justa causa, mediante processo administrativo disciplinar, o associado que: I. sendo pessoa física, seja condenado por sentença transitada em julgado por crime apenado com detenção ou reclusão, quando a natureza do fato for incompatível com a manutenção do vínculo associativo; II. sendo pessoa jurídica, seja parte de processo de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução ou encerramento formal, quando houver impossibilidade de manutenção do vínculo associativo; III. promover o descrédito da entidade, de seus dirigentes, conselheiros, colaboradores ou associados, especialmente por declarações	Alterado substancialmente. Estrutura penalidades em advertência, suspensão e exclusão, assegura contraditório e ampla defesa, reduz automatismos, exige notificação para inadimplência, inclui uso indevido do nome/logomarca/dados/projetos, cria regra de que recuperação judicial/extrajudicial não gera exclusão automática por si só e cria reabilitação após 2 anos.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				públicas falsas ou difamatórias; IV. inadimplir o pagamento de suas contribuições por mais de 3 meses consecutivos ou alternados, após notificação formal para regularização; V. reincidir em infração já punida com suspensão; VI. emitir declarações falsas na proposta de filiação ou em qualquer documento apresentado à entidade; VII. praticar atos contrários aos princípios e finalidades deste Estatuto, de gravidade incompatível com a manutenção do vínculo associativo; VIII. utilizar indevidamente o nome, a logomarca, os bens, dados, recursos, projetos ou instrumentos da entidade para benefício próprio, de terceiros ou para finalidade não autorizada. Parágrafo único. A recuperação judicial ou extrajudicial, por si só, não implicará exclusão automática do associado, salvo quando houver inadimplência perante a entidade, prática de ato incompatível com os princípios estatutários ou impossibilidade comprovada de manutenção do vínculo associativo. Art. 27. O rito do processo disciplinar, os prazos de defesa, os recursos cabíveis e as instâncias competentes para cada penalidade serão definidos no Regimento Interno, assegurados em todos os casos o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão de exclusão de competência da Diretoria Executiva, com recurso soberano ao Conselho Deliberativo. Art. 28. O associado excluído poderá requerer reabilitação ao Conselho Deliberativo após decurso de prazo mínimo de 2 anos, cessação comprovada da causa que motivou a exclusão e quitação integral dos débitos pendentes, corrigidos monetariamente, sendo a deliberação realizada por maioria qualificada de 2/3 dos presentes em reunião do Conselho Deliberativo.	
CAPÍTULO IV — Direitos dos associados	Art. 18	Direitos dos associados efetivos ativos: frequentar a sede; gozar de serviços e benefícios; sugerir medidas/estudos; participar de assembleias, debater, votar e ser votado; requerer exclusão espontânea após quitar débitos; recorrer ao Conselho Deliberativo por violação de direitos.	Arts. 29 a 32	Art. 29. Constituem direitos dos associados Efetivos ativos e dos Fundadores com vínculo ativo, no que couber: I. frequentar a sede social e suas dependências, nos horários e condições definidos no Regimento Interno; II. gozar dos serviços, soluções, benefícios e convênios disponibilizados pela entidade; III. sugerir medidas, apresentar estudos, projetos ou propostas de interesse institucional, por qualquer meio físico ou digital; IV. participar das Assembleias Gerais, tomar parte dos debates, votar e ser votado, respeitadas as condições de elegibilidade previstas neste Estatuto; V. requerer desligamento espontâneo do quadro de associados, temporário ou definitivo, por qualquer meio físico ou digital; VI. recorrer à Diretoria Executiva e, em	Alterado substancialmente. Diferencia direitos por categoria: Efetivos e Fundadores com vínculo ativo têm direitos políticos; Usuários, Beneméritos e Institucionais possuem direitos limitados e sem voto/elegibilidade. Acrescenta acesso a documentos institucionais, convocações, eventos, cursos e benefícios, com limites por categoria.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				última instância, ao Conselho Deliberativo, sobre qualquer violação aos seus direitos; VII. concorrer aos cargos eletivos da entidade, condicionado à manutenção da condição de associado ativo e ao atendimento dos requisitos estatutários; VIII. ser informado sobre convocações de Assembleias Gerais, eleições e demais eventos institucionais relevantes, com antecedência mínima definida neste Estatuto; IX. ter acesso aos documentos institucionais, incluindo atas, balanços e relatórios de gestão, mediante solicitação à secretaria e observadas as regras de confidencialidade, proteção de dados e sigilo legal; X. ser representado judicial e extrajudicialmente pela entidade na defesa dos interesses coletivos da classe empresarial; XI. participar dos eventos, cursos, seminários e demais atividades promovidas ou apoiadas pela entidade, com prioridade de acesso e condições diferenciadas em relação ao público geral, quando aplicável. Art. 30. Os associados Usuários gozarão dos direitos previstos nos incisos I, II, V, VI, VIII e XI do Art. 29, limitados ao escopo do serviço que motivou sua filiação, sem direitos políticos. Art. 31. Os associados Beneméritos gozarão dos direitos previstos nos incisos I, III, VI, VIII, IX, X e XI do Art. 29, sem direito a voto nas Assembleias Gerais nem elegibilidade para os cargos eletivos da entidade. Art. 32. Os associados Institucionais gozarão dos direitos previstos nos incisos I, V, VI, VIII e XI do Art. 29, sem direitos políticos na entidade.	
CAPÍTULO IV — Direitos e deveres recíprocos	Art. 19	Não há entre os associados direitos e deveres recíprocos.	Art. 33	Art. 33. Não há entre os associados direitos e deveres recíprocos em razão do vínculo associativo.	Mantido com ajuste redacional, esclarecendo que a inexistência de direitos/deveres recíprocos decorre do vínculo associativo.
CAPÍTULO IV — Deveres	Art. 20	Deveres: pagar contribuições; comparecer a assembleias e reuniões; desempenhar cargos; acatar o Estatuto; prestar informações solicitadas; propugnar pelo engrandecimento e prestígio da ACIAP.	Arts. 34 e 35	Art. 34. Constituem deveres de todos os associados, no que couber a cada categoria: I. pagar pontualmente suas contribuições, mantendo-se em dia com todas as obrigações financeiras assumidas perante a entidade; II. comparecer às Assembleias Gerais e reuniões para as quais forem convocados; III. desempenhar com dedicação, probidade e transparência os cargos que lhes forem conferidos nos órgãos da entidade; IV. acatar as disposições deste Estatuto, do Regimento Interno, do Código de Ética e das demais políticas internas aprovadas pela entidade; V. prestar as informações solicitadas pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo ou pelo Conselho Fiscal sobre assuntos de sua especialidade, observados sigilo legal e	Alterado. Mantém deveres básicos e acrescenta obrigações de cadastro atualizado, zelo por bens e instalações, boa reputação, vedação de uso indevido de nome/logomarca/vínculo associativo e submissão a penalidades em caso de descumprimento.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				proteção de dados; VI. propugnar pelo engrandecimento e prestígio da entidade, abstendo-se de condutas que prejudiquem sua reputação; VII. manter boa reputação na prática dos atos da vida empresarial, cultivando o espírito associativista e a solidariedade com a classe; VIII. comunicar à secretaria, no prazo de 30 dias, qualquer alteração em seus dados cadastrais, sendo de sua responsabilidade as consequências da falta de atualização; IX. zelar pela conservação dos bens, instalações, dados, documentos, marcas e ativos da entidade, respondendo pelos danos que causar; X. não utilizar o nome, a logomarca ou o vínculo associativo para fins pessoais, comerciais, eleitorais, religiosos ou político-partidários sem prévia autorização expressa da Diretoria Executiva; XI. observar as regras de integridade, prevenção de conflitos de interesses, proteção de dados, transparência e prestação de contas previstas neste Estatuto e noutros regulamentos internos. Art. 35. O descumprimento dos deveres previstos nesta Seção sujeitará o associado às penalidades da Seção IV deste Capítulo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.	
CAPÍTULO V — Administração	Art. 21	Órgãos administrativos: Assembleia Geral; Conselho Deliberativo; Conselho Fiscal; Diretoria Executiva; Câmaras Setoriais. Os órgãos deveriam ser integrados pelas espécies de associados do quadro social.	Art. 36	Art. 36. A Aciap compõe-se dos seguintes órgãos administrativos: I. Assembleia Geral; II. Conselho Deliberativo; III. Conselho Fiscal; IV. Diretoria Executiva; V. Núcleos Setoriais e Multissetoriais. Parágrafo único. Os órgãos administrativos previstos neste artigo serão integrados por associados nas categorias definidas no Art. 11, respeitadas as restrições de participação, direitos políticos e elegibilidade estabelecidas neste Estatuto.	Alterado. Mantém a estrutura básica, substitui “Câmaras Setoriais” por “Núcleos Setoriais” e remete às restrições de participação por categoria de associado.
CAPÍTULO V — Assembleia Geral	Art. 22	Assembleia Geral como órgão deliberativo soberano, constituída por associados em pleno gozo de direitos, podendo ser Ordinária ou Extraordinária; presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo.	Art. 37	Art. 37. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo soberano e de poder máximo da Aciap, constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos políticos, podendo ser Ordinária ou Extraordinária, em formato presencial, virtual ou híbrido, conforme regulamentação do Conselho Deliberativo. Parágrafo único. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo e, em seu impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho Deliberativo ou, na ausência de ambos, pelo associado Efetivo ativo há mais tempo no quadro social da entidade.	Alterado. Mantém a soberania da Assembleia, mas restringe aos associados em pleno gozo de direitos políticos e permite Assembleia presencial, virtual ou híbrida.
CAPÍTULO V — Competências e quóruns da Assembleia	Arts. 23 a 27	Art. 23: Assembleia Geral Ordinária elegia e destituía o Conselho Deliberativo e alterava o Estatuto. Art. 24: assembleia deliberava apenas matéria do edital. Art. 25: AGO bienal no primeiro decêndio de dezembro. Art. 26: AGE por órgãos ou	Arts. 38 a 41	Art. 38. Compete privativamente à Assembleia Geral: I. eleger e destituir os membros do Conselho Deliberativo; II. deliberar sobre alterações e reformas deste Estatuto Social; III. julgar recursos contra o resultado das eleições do Conselho Deliberativo, reunindo-se com número de	Alterado substancialmente. Separa competências, antecipa AGO para setembro, restringe quóruns a associados Efetivos adimplentes, exige 2/3 dos

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
		1/5 dos associados; dissolução por 2/3 dos presentes; alteração do Estatuto; destituição de conselheiros; recursos eleitorais e administrativos. Art. 27: quórum de instalação em primeira e segunda convocações.		associados igual ou superior ao de votantes da eleição impugnada; IV. deliberar sobre a dissolução da entidade; V. julgar os recursos administrativos em última instância, com decisão soberana e irrecorrível em sede administrativa. Parágrafo único. A Assembleia Geral deliberará exclusivamente sobre as matérias constantes do edital de convocação, sendo vedada a inclusão de novos assuntos durante a sessão, salvo por unanimidade dos presentes em matérias exclusivamente informativas. Art. 39. A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á bienalmente, até o primeiro decêndio de setembro, para eleger o Conselho Deliberativo, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto. Art. 40. A Assembleia Geral Extraordinária reunir-se-á: I. quando o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal ou a Diretoria Executiva, por maioria simples de seus membros, entender conveniente; II. por convocação de no mínimo 1/5 dos associados Efetivos adimplentes e Fundadores; III. para deliberar sobre alteração ou reforma deste Estatuto, com aprovação pelo voto favorável de 2/3 dos associados Efetivos adimplentes presentes e Fundadores; IV. para deliberar sobre a dissolução da entidade, pelo voto concorde de 2/3 dos associados Efetivos adimplentes e Fundadores; V. para deliberar sobre a destituição de membros do Conselho Deliberativo; VI. para julgar recurso contra o resultado das eleições do Conselho Deliberativo. Art. 41. As Assembleias realizar-se-ão, salvo quando este Estatuto exigir quórum específico, em primeira convocação com a presença mínima da metade mais um dos associados Efetivos adimplentes, ou em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número de associados Efetivos adimplentes e Fundadores presentes.	presentes para alteração estatutária e 2/3 dos associados Efetivos adimplentes para dissolução, e mantém a limitação da pauta ao edital.
CAPÍTULO V — Convocação de Assembleias	Arts. 28 e 29	Editais deveriam conter dia, lugar, hora e pauta. Convocação por publicações em órgão da imprensa local: 30 dias para AGE e 15 dias para AGE, com regras de número de publicações.	Art. 42	Art. 42. As Assembleias serão convocadas com antecedência mínima de 30 dias para a Ordinária e 15 dias para a Extraordinária, por edital publicado no site oficial da entidade e enviado por correspondência eletrônica a todos os associados cadastrados, podendo a convocação ser complementada por publicação em imprensa local e envio por aplicativo de mensagens eletrônicas. Parágrafo Primeiro. Em casos de urgência devidamente justificada, reconhecida pelo Presidente do Conselho Deliberativo e referendada pela maioria simples da Diretoria Executiva, o prazo da Assembleia Geral Extraordinária poderá ser reduzido para o mínimo de 5 dias, com pauta restrita ao assunto urgente.	Alterado. Mantém prazos de 30 e 15 dias, mas passa a admitir edital no site, envio por e-mail, meios eletrônicos e aplicativo de mensagens; inclui modalidade de assembleia, primeira/segunda convocação, pauta completa e possibilidade de AGE urgente em 5 dias com pauta restrita.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				Parágrafo Segundo. Do edital de convocação constarão obrigatoriamente o dia, local, horário, modalidade, primeira e segunda convocação, e a pauta completa.	
CAPÍTULO V — Conselho Deliberativo	Art. 30	Conselho Deliberativo formado por 35 membros: 5 ex-presidentes do Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva, 25 associados Efetivos titulares e 5 suplentes, eleitos de dois em dois anos; preferencialmente representando proporcionalmente as classes do quadro associativo.	Art. 43	Art. 43. O Conselho Deliberativo é órgão normativo e de controle da Aciap, formado por até 35 membros, sendo até 5 ex-presidentes do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva como membros natos, desde que mantenham a condição de associado Efetivo ativo e adimplente ou Fundador com vínculo ativo, 25 associados Efetivos titulares e 5 suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de 2 em 2 anos, tomando posse no dia 15 de outubro do ano da eleição. Parágrafo Primeiro. Havendo mais de 5 ex-presidentes aptos à condição de membro nato, terão preferência os 5 mais recentes que preencham os requisitos estatutários, admitida alternância por deliberação do Conselho Deliberativo. Parágrafo Segundo. Os membros natos sujeitam-se às mesmas regras de assiduidade, impedimento, conflito de interesses, confidencialidade e perda de mandato aplicáveis aos demais conselheiros. Parágrafo Terceiro. O Conselho Deliberativo deverá, preferencialmente, ser constituído por membros representando proporcionalmente as diferentes classes econômicas do quadro de associados.	Alterado. Mantém até 35 membros, mas torna os ex-presidentes membros natos até o limite de 5, condicionados a vínculo ativo e adimplência; define critérios de antiguidade/rodízio e reforça a função normativa e de controle.
CAPÍTULO V — Competências do Conselho Deliberativo	Arts. 31 a 39	Competências: eleger Diretoria Executiva e Conselho Fiscal; aprovar contas semestralmente; resolver omissões; emitir parecer sobre reforma; decidir recursos; aprovar substituições; declarar perda de mandato; conduzir processo eleitoral; expedir regulamentos; aprovar criação de órgãos; excluir associados; aprovar beneméritos; fixar contribuições; autorizar despesas/contratações acima de 15 salários mínimos; autorizar funcionário acima de 10 salários mínimos; tratar denúncias. Regras de reuniões, convocações, vedação de voto por procuração e diretoria do Conselho.	Arts. 44 a 47	Art. 44. A Diretoria do Conselho Deliberativo será formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Conselheiros, cabendo ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos. Art. 45. Ao Conselho Deliberativo compete privativamente: I. eleger a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da entidade; II. aprovar e deliberar sobre as contas da entidade semestralmente; III. resolver os casos omissos neste Estatuto; IV. emitir parecer sobre proposta de reforma deste Estatuto, previamente ao encaminhamento à Assembleia Geral; V. decidir sobre recursos referentes às eleições da Diretoria Executiva; VI. declarar a perda de mandato de membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal; VII. expedir regulamentos, normas complementares e políticas internas para a execução deste Estatuto; VIII. deliberar sobre a exclusão de associados como última instância recursal; IX. aprovar a admissão de associado Benemérito; X. autorizar a contratação de investimentos, despesas e profissionais especializados em valores superiores a 15 salários mínimos vigentes; XI. autorizar a contratação de funcionários com salário superior a 10 salários mínimos vigentes; XII. tomar providências sobre	Alterado. Reorganiza competências, inclui aprovação de plano de metas e orçamento anual, investimentos que excedam orçamento, contratações com associados/conselheiros, divulgação anual da prestação pública de contas e reforça reuniões ao menos duas vezes ao ano, presenciais, virtuais ou híbridas.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				denúncias de qualquer natureza no prazo máximo de 30 dias após o protocolo, assegurado o contraditório ao denunciado; XIII. aprovar o plano de metas e a previsão orçamentária anual apresentados pela Diretoria Executiva, até novembro de cada ano; XIV. autorizar investimentos e despesas que ultrapassem o limite orçamentário anual aprovado; XV. deliberar sobre contratações com associados e membros do Conselho Deliberativo, nos termos do Art. 68 deste Estatuto; XVI. aprovar a prestação de contas pública anual, determinando sua divulgação no site institucional no prazo máximo de 90 dias após o encerramento do exercício; XVII. aprovar o Regulamento de Projetos, Incentivos Fiscais, Recursos de Fomento e Inovação. Art. 46. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente ao menos 2 vezes ao ano, nos meses de março e setembro, e extraordinariamente sempre que necessário, podendo as reuniões realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, instalando-se em primeira convocação com maioria absoluta dos membros, ou em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número. Art. 47. Não será admitido voto por procuração em substituição ao conselheiro titular, aplicando-se a convocação do respectivo suplente nas ausências do titular.	
CAPÍTULO V — Conselho Fiscal	Arts. 40 a 42	Conselho Fiscal com 3 titulares e 3 suplentes eleitos junto com Diretoria Executiva, com mandato de 2 anos. Vedada eleição de membros cuja representação já esteja no Conselho Deliberativo ou Diretoria Executiva. Competências: examinar balanços e relatórios, cotejar despesas com orçamento, denunciar irregularidades, emitir pareceres. Reuniões ordinárias em março e agosto.	Arts. 48 a 51	Art. 48. O Conselho Fiscal é o órgão de controle encarregado de examinar, acompanhar e fiscalizar o movimento econômico, financeiro, contábil e patrimonial da Aciap, constituído por 3 associados Efetivos titulares e 3 suplentes, eleitos pelo Conselho Deliberativo concomitantemente à eleição da Diretoria Executiva, com mandato de 2 anos. Parágrafo Primeiro. É vedada a eleição para o Conselho Fiscal de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, garantindo a independência do órgão fiscalizador. Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si um Presidente e um Secretário na primeira reunião após a posse, atuando com independência técnica e funcional, com acesso irrestrito a todos os documentos, livros contábeis e informações financeiras da entidade, observadas as obrigações legais de sigilo e proteção de dados. Art. 49. Ao Conselho Fiscal compete examinar e opinar sobre balanços e relatórios de desempenho econômico e financeiro; cotejar as despesas com o orçamento anual aprovado; emitir parecer e denunciar irregularidades ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral, podendo convocar Assembleia Geral	Alterado substancialmente. Reforça independência, veda participação simultânea em Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo, garante acesso irrestrito a documentos, inclui parecer prévio obrigatório sobre orçamento, possibilidade de auditor externo, prazo para disponibilização de documentos e responsabilidade por dolo, fraude, má-fé ou culpa grave.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				Extraordinária; aprovar, contestar ou impugnar documentos contábeis semestrais no prazo máximo de 60 dias; deliberar pela baixa de dívidas prescritas ou irrecuperáveis, com ratificação do Conselho Deliberativo; acompanhar a execução financeira de projetos com recursos vinculados; e propor a contratação de auditor externo independente quando o volume financeiro da entidade assim justificar. Art. 50. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente em março e agosto de cada ano para apreciar as contas dos semestres anteriores, e extraordinariamente sempre que necessário, lavrando ata circunstanciada em todas as reuniões. A Diretoria Executiva deverá disponibilizar os documentos ao Conselho Fiscal com antecedência mínima de 15 dias em relação às reuniões ordinárias, sendo vedada qualquer alegação de sigilo interno para restringir o acesso do Conselho Fiscal. Art. 51. Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções a título gratuito e não responderão solidariamente, na forma da legislação aplicável, pelos danos causados à entidade quando não agirem com dolo, fraude, má-fé ou culpa grave no exercício de suas funções.	
CAPÍTULO V — Diretoria Executiva	Art. 43	Diretoria Executiva composta por Presidente, Vice-Presidente e diversos diretores setoriais e funcionais: Administrativo e Patrimonial, Indústria, Comércio, Agricultura, Prestação de Serviço e Profissional Liberal, Jurídico, Proteção ao Crédito, Câmaras Setoriais, Comunicação, Conselho da Mulher Empresária, Secretários e Tesoureiros.	Art. 52	Art. 52. A Diretoria Executiva é o órgão administrativo e executivo da Aciap, responsável pela gestão cotidiana da entidade e pela implementação das deliberações dos demais órgãos, sendo composta por: I. 1 Presidente; II. 1 Primeiro Vice-Presidente; III. 1 Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio; IV. 1 Vice-Presidente da Indústria; V. 1 Vice-Presidente do Comércio; VI. 1 Vice-Presidente do Agronegócio; VII. 1 Vice-Presidente de Serviços; VIII. 1 Vice-Presidente da Construção Civil; IX. 1 Vice-Presidente de Serviços e Soluções; X. 1 Vice-Presidente do Programa Empreender; XI. 1 Vice-Presidente de Comunicação; XII. 1 Vice-Presidente de Desenvolvimento Local; XIII. 1 Vice-Presidente Jurídico; XIV. 1 Vice-Presidente de Projetos, Inovação e Incentivos; XV. 1 Vice-Presidente Secretário; XVI. até 5 Vice-Presidentes em pastas temáticas e estratégicas, criadas por proposta do candidato à Presidência e aprovadas individualmente pelo Conselho Deliberativo no momento da eleição, conforme as necessidades de cada gestão. Parágrafo Primeiro. A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 15 membros e no máximo 20 membros. Parágrafo Segundo. O Primeiro Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências, impedimentos, renúncia ou vacância, seguindo-se, nas substituições subsequentes, a ordem numérica dos	Alterado substancialmente. Mantém representação setorial, mas substitui “diretores” por vice-presidências, cria limite mínimo e máximo de integrantes, inclui Vice-Presidente de Projetos, Inovação e Incentivos, Serviços e Soluções, Programa Empreender, Desenvolvimento Local e até 6 pastas temáticas estratégicas.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				incisos deste artigo. Parágrafo Terceiro. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, preferencialmente de forma quinzenal, e extraordinariamente sempre que necessário, podendo as reuniões e deliberações realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, com lavratura de ata em todos os casos.	
CAPÍTULO V — Competências da Diretoria Executiva	Art. 44	Competências: orientar atividades; propor criação de departamentos, serviços, conselhos, câmaras setoriais e órgãos; abrir postos e sedes distritais; administrar, contratar e demitir; organizar quadro de funcionários; promover arrecadação; elaborar proposta orçamentária e apresentar relatório/balancete; estabelecer orientação política e administrativa; aprovar regimentos; autorizar eventos; indicar membros para órgãos e conselhos; autorizar contratações até 15 salários mínimos; conduzir processo eleitoral das câmaras; propor criação de conselhos; reuniões quinzenais.	Arts. 53, 64, 65 e 66	Art. 53. À Diretoria Executiva compete orientar as atividades da entidade para a consecução de seus fins; propor ao Conselho Deliberativo a criação de departamentos, serviços, comissões, comitês e órgãos de interesse social; administrar a entidade, contratando e demitindo funcionários nos termos da legislação trabalhista; fixar e reajustar a contribuição dos associados; elaborar e submeter a proposta orçamentária anual; apresentar semestralmente ao Conselho Fiscal relatório de atividades e balancete; admitir associados nos termos deste Estatuto; executar projetos, parcerias e serviços; e elaborar e aprovar o Regimento Interno da entidade nos termos das Disposições Transitórias deste Estatuto. Art. 64. As atribuições detalhadas de cada cargo da Diretoria Executiva, bem como os procedimentos de substituição e os critérios de funcionamento das reuniões, serão definidos no Regimento Interno da entidade, sem contrariar este Estatuto. Art. 65. As pastas temáticas e estratégicas previstas no inciso XVI do Art. 52 serão apresentadas pelo candidato à Presidência no momento do registro de sua chapa, com indicação do nome, justificativa e atribuições de cada pasta, sendo aprovadas individualmente pelo Conselho Deliberativo antes do processo eleitoral. Art. 66. A Diretoria Executiva deverá encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o dia 30 de novembro de cada ano, a proposta de plano de metas e previsão orçamentária para o exercício seguinte. Investimentos e despesas poderão ser realocados dentro da previsão orçamentária aprovada, sendo vedado ultrapassar o limite orçamentário sem autorização prévia do Conselho Deliberativo.	Alterado. Sintetiza competências gerais, preserva gestão cotidiana e execução de deliberações, detalha regimento das pastas em Regimento Interno, disciplina criação de pastas estratégicas no registro de chapa e mantém plano de metas/previsão orçamentária anual.
CAPÍTULO V — Presidente e representação financeira	Art. 46	Presidente representava a ACIAP judicial e extrajudicialmente, tomava providências urgentes ad referendum, convocava e presidia reuniões, cumpria resoluções, autorizava pagamentos em conjunto com o 1º Tesoureiro, convocava substitutos e solicitava substituições ao Conselho Deliberativo.	Art. 54	Art. 54. Ao Presidente da Diretoria Executiva compete administrar e representar a entidade judicial e extrajudicialmente; tomar providências urgentes ad referendum da Diretoria Executiva; convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; autorizar pagamentos e movimentações financeiras sempre em conjunto com o Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio, sendo vedada qualquer movimentação financeira isolada; representar a entidade	Alterado. Mantém representação judicial/extrajudicial e providências urgentes, mas reforça que pagamentos e movimentações financeiras devem ser sempre em conjunto com o Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio, vedada

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				perante a Cacileste, FACIAP e CACB; e praticar os atos necessários à execução das deliberações dos órgãos estatutários.	movimentação financeira isolada.
CAPÍTULO V — Tesouraria, secretaria e cargos funcionais	Arts. 48, 58 e 59	Diretor Administrativo e Patrimonial administrava quadro funcional, contabilidade, bens e pagamentos. 1º Secretário coordenava reuniões, atas e arquivos. 1º Tesoureiro supervisionava tesouraria, pagamentos, numerário, balancetes, arrecadações e notificações; havia vedação de pagamento de despesas isoladas/não autorizadas.	Arts. 55 e 57	Art. 55. Ao Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio compete supervisionar tesouraria, arrecadações, patrimônio, orçamento, controles internos e obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias; autorizar pagamentos sempre em conjunto com o Presidente; acompanhar a segregação contábil e financeira de projetos; apresentar balancetes mensais à Diretoria Executiva, semestrais ao Conselho Fiscal e balanço anual ao Conselho Deliberativo; e zelar pela sustentabilidade financeira da entidade. Art. 57. Ao Vice-Presidente Secretário compete coordenar as reuniões e redigir as atas da Diretoria Executiva; coordenar os serviços de secretaria; organizar e manter atualizados os arquivos da entidade; gerenciar o cadastro de associados; e zelar pela guarda documental dos atos estatutários, registros, atas e documentos institucionais.	Alterado. Consolida finanças e patrimônio em Vice-Presidência específica, com orçamento, controles internos e obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias; Secretaria mantém atas, arquivos e cadastro de associados.
CAPÍTULO V — Pastas setoriais e especializadas	Arts. 49 a 57	Diretorias específicas para Indústria, Comércio, Agricultura, Prestação de Serviço e Profissional Liberal, Jurídico, Proteção ao Crédito, Câmaras Setoriais, Comunicação e Conselho da Mulher Empresária, com atribuições próprias para congregar membros, prestar orientação, coordenar setores e campanhas.	Arts. 56 a 63	Art. 56. Ao Vice-Presidente de Projetos, Inovação e Incentivos compete coordenar, em conjunto com as áreas técnicas e demais vice-presidências, a prospecção, estruturação, submissão, execução, monitoramento e prestação de contas de projetos, parcerias, recursos incentivados, recursos de fomento, programas de inovação, iniciativas de ciência e tecnologia, projetos culturais, esportivos, educacionais, ambientais e de desenvolvimento local, observadas as competências da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Art. 58. Aos Vice-Presidentes das pastas setoriais de Indústria, Comércio, Agronegócio, Serviços e Construção Civil compete representar os interesses do respectivo setor; coordenar os Núcleos Setoriais vinculados ao seu setor em articulação com o Vice-Presidente do Programa Empreender; e propor ações e programas setoriais à Diretoria Executiva. Art. 59. Ao Vice-Presidente de Serviços e Soluções compete analisar e validar novos serviços, soluções, produtos, plataformas e parcerias com potencial de atendimento às demandas dos associados, verificando sua viabilidade, conformidade, sustentabilidade econômica e adequação ao perfil do quadro social da entidade, e acompanhar o desempenho dos serviços já ofertados. Art. 60. Ao Vice-Presidente do Programa Empreender compete coordenar as ações do Programa Empreender, articular os Núcleos Setoriais e Multissetoriais,	Alterado. Atualiza setores para Indústria, Comércio, Agronegócio, Serviços, Construção Civil, Projetos/Inovação/Incentivos, Serviços e Soluções, Programa Empreender, Comunicação, Desenvolvimento Local e Jurídico. O Conselho da Mulher deixa de constar como diretoria obrigatória, podendo ser tratado por núcleo, programa ou pasta temática, conforme deliberação.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				representar a entidade perante parceiros institucionais do Programa e apresentar semestralmente à Diretoria Executiva relatório consolidado das atividades dos Núcleos. Art. 61. Ao Vice-Presidente de Comunicação compete coordenar a comunicação institucional da entidade, gerenciando os canais de comunicação com os associados, a imprensa e a comunidade, observadas as diretrizes de identidade institucional, proteção de dados e transparência. Art. 62. Ao Vice-Presidente de Desenvolvimento Local compete coordenar ações de aproximação da entidade com os bairros do Município, articular a criação de núcleos locais, potencializar a economia local, mapear demandas econômicas regionais e propor iniciativas de desenvolvimento territorial. Art. 63. Ao Vice-Presidente Jurídico compete orientar juridicamente a entidade, acompanhar processos judiciais e administrativos em que a entidade figure como parte, supervisionar a conformidade dos atos da entidade com a legislação, com este Estatuto e com os regulamentos internos, sem prejuízo da contratação de assessoria jurídica especializada quando necessário.	
CAPÍTULO V — Câmaras/Núcleos Setoriais	Arts. 60 e 61	Câmaras Setoriais promoviam atividades e eventos de interesse dos setores, pugnando por ética profissional, atuando como órgão consultivo da ACIAP. Eram normatizadas por Regimento Geral das Câmaras Setoriais, geridas por Diretor para Assuntos das Câmaras Setoriais, com coordenadores específicos.	Arts. 69 a 72	Art. 69. O Programa Empreender é o instrumento de organização setorial da Aciap, por meio do qual os associados se organizam em Núcleos Setoriais e Multissetoriais, sem fins econômicos, políticos, religiosos ou discriminatórios, regendo suas atividades de acordo com o Regimento Interno do Programa Empreender e com este Estatuto. Parágrafo único. O Programa Empreender é coordenado pelo Vice-Presidente do Programa Empreender, integrante da Diretoria Executiva, e gerido operacionalmente por meio do Comitê Gestor, cuja composição e atribuições serão definidas no Regimento Interno do Programa Empreender, documento autônomo que não poderá contrariar este Estatuto. Art. 70. Os Núcleos Setoriais e Multissetoriais têm por finalidade o desenvolvimento do ecossistema que representam e o aprimoramento dos nucleados, visando aumentar a competitividade por meio da cooperação e estimular o empreendedorismo, sob os preceitos da ética e da responsabilidade empresarial. As atribuições específicas dos núcleos, os direitos e deveres dos nucleados, as normas de funcionamento, o controle financeiro e as sanções aplicáveis serão disciplinados no Regimento Interno do Programa Empreender. Art. 71. A constituição de novos núcleos dependerá de estudo de	Alterado substancialmente. Substitui “Câmaras Setoriais” por “Núcleos Setoriais e Multissetoriais”, estrutura o Programa Empreender, cria Comitê Gestor, exige Regimento próprio, disciplina criação/desconstituição de núcleos, voluntariedade e controle financeiro pela ACIAP.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				mercado conduzido pelo Comitê Gestor e de aprovação da Diretoria Executiva. A desconstituição poderá ocorrer por deliberação da Diretoria Executiva, observadas as condições do Regimento Interno do Programa Empreender. Art. 72. Os membros da Diretoria dos núcleos exercerão suas funções a título voluntário, sem remuneração, sendo obrigatória a condição de associado Efetivo ativo e adimplente para o exercício de qualquer cargo de coordenação. O controle financeiro dos núcleos será exercido pelo departamento financeiro da entidade, com recursos depositados em conta bancária vinculada à Aciap ou em centro de custo específico, conforme regulamentação interna.	
CAPÍTULO VI — Eleições	Arts. 62 a 75	Regras gerais de eleições: convocação por edital e Comissão Eleitoral indicada pelo Presidente do Conselho Deliberativo; publicação em jornal; voto secreto e direto; chapa completa; registro até 30 dias antes; requisitos de associados; documentos de chapa; votação presencial das 9h às 17h; mesa eleitoral; cédula de papel ou urna eletrônica; apuração imediata; vedação de propaganda; recursos em 24h e julgamento em 72h.	Arts. 82 a 91	Art. 82. As disposições deste Capítulo aplicam-se a todas as eleições realizadas no âmbito da Aciap, incluindo as eleições do Conselho Deliberativo, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Art. 83. O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral, constituída pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que a presidirá, e por mais 2 associados Efetivos e/ou Fundadores adimplentes por ele designados, que não sejam candidatos nem membros da Diretoria Executiva em exercício, constituída com antecedência mínima de 60 dias da eleição. Parágrafo único. Fica instituída a Comissão de Ética Eleitoral, composta por 3 associados Efetivos adimplentes designados pelo Conselho Deliberativo, com atribuição de receber e encaminhar denúncias de irregularidades durante o processo eleitoral, garantindo o sigilo do denunciante e o contraditório ao denunciado. Art. 84. A convocação do processo eleitoral far-se-á por edital publicado no site institucional e enviado por correspondência eletrônica a todos os associados cadastrados, com antecedência mínima de 60 dias da data fixada para a eleição. Art. 85. As eleições serão realizadas por chapa completa. São requisitos cumulativos de todos os candidatos: ser associado Efetivo ativo ou Fundador e adimplente sem pendências financeiras ou disciplinares; não ter sofrido penalidade de suspensão ou exclusão nos 24 meses anteriores à inscrição; não ser membro do Conselho Fiscal ao candidatar-se à Diretoria Executiva ou ao Conselho Deliberativo, e vice-versa; apresentar documento de identidade com foto e CPF; comprovante de domicílio atualizado; certidões e declarações exigidas pelo regulamento eleitoral; e proposta de trabalho ou plano de gestão da chapa. Art. 86. O sufrágio é secreto, direto e	Alterado substancialmente. Reorganiza o processo eleitoral, cria Comissão de Ética Eleitoral, publicação no site e e-mail, exige plano de gestão da chapa, mantém certidões e documentos, limita procuração a um associado por procurador, disciplina eleição virtual auditável, aumenta prazos recursais para 5 e 10 dias e diferencia recursos do Conselho Deliberativo e Diretoria/Conselho Fiscal.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				realizado em chapa completa, tendo cada associado Efetivo ou Fundador adimplente direito a 1 voto. É permitido o voto por procuração com poderes expressos e específicos, vedado ao mesmo procurador representar mais de 1 associado. Art. 87. As eleições poderão realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, a critério da Comissão Eleitoral, exigindo-se na modalidade virtual: plataforma digital auditável com registro de log de votação; autenticação segura por credencial individual vinculada ao cadastro de associado; período mínimo de votação de 48 horas; comprovante individual de voto sem identificação da opção; preservação do sigilo do voto; observância da legislação de proteção de dados; e publicação do resultado com demonstrativo de apuração no site institucional em até 24 horas após o encerramento. Art. 88. As eleições do Conselho Deliberativo realizar-se-ão no primeiro decêndio de setembro, de 2 em 2 anos, com posse dos eleitos no dia 15 de outubro do mesmo ano. Art. 89. As eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal realizar-se-ão até a segunda quinzena de dezembro, de 2 em 2 anos, com posse dos eleitos no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Art. 90. Perde o mandato o membro eleito que perder a condição de associado Efetivo ativo ou Fundador e adimplente; renunciar por escrito; for destituído pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Deliberativo, conforme o caso; faltar injustificadamente a 3 reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 alternadas no período de um mandato; candidatar-se a cargo político-partidário eletivo; ou assumir cargo ou função pública de natureza política durante o exercício do mandato. Parágrafo único. A vaga será preenchida pelo suplente da chapa eleita, completando o mandato em curso. Na ausência de suplente, o Conselho Deliberativo deliberará sobre eleição suplementar ou redistribuição das atribuições, observado o interesse institucional. Art. 91. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 5 dias corridos, com decisão em prazo máximo de 10 dias. O recurso contra o resultado da eleição do Conselho Deliberativo será julgado pela Assembleia Geral Extraordinária, e o recurso contra o resultado da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será julgado pelo Conselho Deliberativo, com decisão soberana e definitiva em sede administrativa.	
CAPÍTULO VI —	Arts. 76 a	Eleição do Conselho Deliberativo bianualmente em	Arts. 88 a 91	Art. 88. As eleições do Conselho Deliberativo realizar-se-ão	Alterado. Mantém eleição do

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
Eleições específicas e mandatos	79	Assembleia no primeiro decêndio de setembro, posse em 15 de outubro. Diretoria Executiva e Conselho Fiscal eleitos pelo Conselho Deliberativo na segunda quinzena de outubro, posse em 15 de janeiro. Candidato à Presidência da Diretoria deveria afastar-se 30 dias antes. Renúncia coletiva de 75% ou mais exigia nova eleição.		no primeiro decêndio de setembro, de 2 em 2 anos, com posse dos eleitos no dia 15 de outubro do mesmo ano. Art. 89. As eleições da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal realizar-se-ão até a segunda quinzena de dezembro, de 2 em 2 anos, com posse dos eleitos no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Art. 90. Perde o mandato o membro eleito que perder a condição de associado Efetivo ativo ou Fundador e adimplente; renunciar por escrito; for destituído pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Deliberativo, conforme o caso; faltar injustificadamente a 3 reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 alternadas no período de um mandato; candidatar-se a cargo político-partidário eletivo; ou assumir cargo ou função pública de natureza política durante o exercício do mandato. Parágrafo único. A vaga será preenchida pelo suplente da chapa eleita, completando o mandato em curso. Na ausência de suplente, o Conselho Deliberativo deliberará sobre eleição suplementar ou redistribuição das atribuições, observado o interesse institucional. Art. 91. Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 5 dias corridos, com decisão em prazo máximo de 10 dias. O recurso contra o resultado da eleição do Conselho Deliberativo será julgado pela Assembleia Geral Extraordinária, e o recurso contra o resultado da eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal será julgado pelo Conselho Deliberativo, com decisão soberana e definitiva em sede administrativa.	Conselho em setembro e posse em outubro; altera posse da Diretoria e Conselho Fiscal para 1º de janeiro; consolida hipóteses de perda de mandato, incluindo candidatura político-partidária eletiva ou cargo/função pública de natureza política; e disciplina recursos eleitorais.
CAPÍTULO VI — Eleições das Câmaras Setoriais	Arts. 80 a 84	Eleições dos componentes da coordenação das Câmaras Setoriais, mediante sufrágio secreto e direto, até 90 dias após posse da Diretoria Executiva. Regras de elegibilidade por frequência mínima de 50%, regularidade financeira e restrição a uma Câmara Setorial.	Arts. 69 a 72	Art. 69. O Programa Empreender é o instrumento de organização setorial da Aciap, por meio do qual os associados se organizam em Núcleos Setoriais e Multissetoriais, sem fins econômicos, políticos, religiosos ou discriminatórios, regendo suas atividades de acordo com o Regimento Interno do Programa Empreender e com este Estatuto. Parágrafo único. O Programa Empreender é coordenado pelo Vice-Presidente do Programa Empreender, integrante da Diretoria Executiva, e gerido operacionalmente por meio do Comitê Gestor, cuja composição e atribuições serão definidas no Regimento Interno do Programa Empreender, documento autônomo que não poderá contrariar este Estatuto. Art. 70. Os Núcleos Setoriais e Multissetoriais têm por finalidade o desenvolvimento do ecossistema que representam e o aprimoramento dos nucleados, visando aumentar a competitividade por meio da	Alterado. O processo específico de eleição das antigas Câmaras é substituído pela disciplina do Programa Empreender e dos Núcleos Setoriais/Multissetoriais em regimento próprio. A coordenação passa a ser tratada como função voluntária, vinculada a associado Efetivo ativo e adimplente.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				cooperação e estimular o empreendedorismo, sob os preceitos da ética e da responsabilidade empresarial. As atribuições específicas dos núcleos, os direitos e deveres dos nucleados, as normas de funcionamento, o controle financeiro e as sanções aplicáveis serão disciplinados no Regimento Interno do Programa Empreender. Art. 71. A constituição de novos núcleos dependerá de estudo de mercado conduzido pelo Comitê Gestor e de aprovação da Diretoria Executiva. A desconstituição poderá ocorrer por deliberação da Diretoria Executiva, observadas as condições do Regimento Interno do Programa Empreender. Art. 72. Os membros da Diretoria dos núcleos exercerão suas funções a título voluntário, sem remuneração, sendo obrigatória a condição de associado Efetivo ativo e adimplente para o exercício de qualquer cargo de coordenação. O controle financeiro dos núcleos será exercido pelo departamento financeiro da entidade, com recursos depositados em conta bancária vinculada à Aciap ou em centro de custo específico, conforme regulamentação interna.	
CAPÍTULO VI — Perda de mandato	Art. 85	Cessação das funções de membro do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva ou Diretoria de Câmara Setorial: perda da condição de associado, renúncia por escrito ou destituição nos termos do Estatuto.	Art. 90	Art. 90. Perde o mandato o membro eleito que perder a condição de associado Efetivo ativo ou Fundador e adimplente; renunciar por escrito; for destituído pela Assembleia Geral ou pelo Conselho Deliberativo, conforme o caso; faltar injustificadamente a 3 reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 alternadas no período de um mandato; candidatar-se a cargo político-partidário eletivo; ou assumir cargo ou função pública de natureza política durante o exercício do mandato. Parágrafo único. A vaga será preenchida pelo suplente da chapa eleita, completando o mandato em curso. Na ausência de suplente, o Conselho Deliberativo deliberará sobre eleição suplementar ou redistribuição das atribuições, observado o interesse institucional.	Alterado. Amplia hipóteses de perda de mandato para inadimplência, faltas injustificadas, destituição pela Assembleia ou Conselho, candidatura político-partidária eletiva ou assunção de cargo/função pública de natureza política; disciplina preenchimento por suplente.
CAPÍTULO VII — Dissolução e destinação patrimonial	Arts. 86 e 87	A ACIAP só poderia ser dissolvida por Assembleia Geral especialmente convocada. Em caso de extinção, o patrimônio líquido seria destinado a instituição congênere com sede no Município de São José dos Pinhais; inexistindo, a entidades filantrópicas sem fins lucrativos com mínimo de 5 anos, conceito ilibado e atuação assistencial social.	Art. 99	Art. 99. A Aciap só poderá ser dissolvida por deliberação em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada, pelo voto concorde de 2/3 dos associados Efetivos adimplentes e Fundadores. Deliberada a dissolução, a Assembleia nomeará comissão liquidante de 3 associados Efetivos adimplentes ou Fundadores. Após liquidadas todas as responsabilidades financeiras, o patrimônio líquido será destinado a entidade associativa congênere com sede no Município de São José dos Pinhais ou, na inexistência desta, a entidade filantrópica sem fins lucrativos com no mínimo 5	Alterado. Mantém quórum qualificado de 2/3, restringe aos associados Efetivos adimplentes, cria comissão liquidante de 3 associados e preserva destinação a entidade congênere ou filantrópica sem fins lucrativos sediada no Município.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				anos de existência, sediada no Município, eleita pela mesma Assembleia.	
CAPÍTULO VII — Patrimônio imobiliário	Arts. 88 e 89	Compra ou venda de bens imóveis assinada pelo Presidente e Tesoureiro da Diretoria Executiva, após aprovação do Conselho Deliberativo. O patrimônio líquido não poderia ser alienado, penhorado ou gravado com ônus real, salvo por dívida fiscal, trabalhista ou quando aprovado em Assembleia Geral.	Arts. 96 e 97	Art. 96. O patrimônio da Aciap será aplicado exclusivamente na consecução de suas finalidades estatutárias. A alienação, oneração, constituição de garantia real ou disposição de bens imóveis dependerá de autorização prévia do Conselho Deliberativo e, quando se tratar de alienação definitiva, de aprovação da Assembleia Geral, sem prejuízo do cumprimento de obrigações legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, civis, contratuais ou judiciais. Art. 97. A compra, venda ou oneração de bens imóveis integrantes do patrimônio da Aciap somente poderá ser realizada mediante autorização prévia do Conselho Deliberativo e, na hipótese de alienação definitiva, mediante aprovação em Assembleia Geral, sendo os instrumentos assinados pelo Presidente da Diretoria Executiva em conjunto com o Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio.	Alterado substancialmente. Remove a ideia de impenhorabilidade estatutária absoluta, substituindo-a por proteção patrimonial interna: patrimônio aplicado nas finalidades; alienação/onerção/garantia real ou disposição de bens imóveis depende de Conselho Deliberativo e, para alienação definitiva, Assembleia Geral; preserva cumprimento de obrigações legais e judiciais.
CAPÍTULO VII — Gratuidade e não distribuição	Arts. 90 e 94	Art. 90: cargos e funções de representação da ACIAP em órgãos de assessoria e superiores exercidos a título gratuito. Art. 94: resultados reinvestidos nas finalidades, vedada distribuição a qualquer título, com recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento dos fins sociais.	Arts. 92 e 93	Art. 92. Os cargos e funções de representação da Aciap, incluindo os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, dos comitês e das Diretorias dos Núcleos Setoriais, serão exercidos a título gratuito, sendo vedada qualquer forma de remuneração ou percepção de vantagem econômica em razão do mandato, sem prejuízo do reembolso de despesas devidamente comprovadas e previamente autorizadas pela Diretoria Executiva, quando realizadas no interesse da entidade. Art. 93. Os resultados da Aciap apurados em cada exercício serão integralmente reinvestidos na consecução de suas finalidades estatutárias, sendo vedada a distribuição de lucros, sobras, excedentes, bonificações ou vantagens de qualquer natureza a associados, dirigentes, conselheiros ou colaboradores, ressalvados pagamentos contratuais legítimos e reembolsos autorizados na forma deste Estatuto.	Alterado. Mantém gratuidade e vedação de distribuição, mas explicita Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, comitês e núcleos; admite reembolso de despesas comprovadas e previamente autorizadas; reforça vedação de lucros, sobras, bonificações ou vantagens a associados, dirigentes ou colaboradores.
CAPÍTULO VII — Vedação político-partidária e religiosa	Art. 91	É vedado à ACIAP tratar de assuntos político-partidários e religiosos, bem como aos associados presentes no recinto social.	Art. 94	Art. 94. É vedado à Aciap, em qualquer instância ou órgão, tratar de assuntos político-partidários e religiosos, bem como aos associados presentes nas dependências da entidade, em seus eventos e em qualquer atividade realizada em nome da entidade.	Alterado. Mantém vedação e amplia sua aplicação a qualquer instância ou órgão, dependências, eventos e atividades realizadas em nome da entidade.
CAPÍTULO VII — Candidatura de presidentes	Art. 92	Vedado ao Presidente do Conselho Deliberativo e ao Presidente da Diretoria Executiva concorrer a cargo eletivo nas administrações públicas federal, estadual ou municipal durante o mandato; deveriam afastar-se 120 dias antes do pleito.	Art. 95	Art. 95. É vedado ao Presidente do Conselho Deliberativo e ao Presidente da Diretoria Executiva, durante o exercício de seus mandatos, concorrer a cargo eletivo nas administrações públicas federal, estadual, distrital ou municipal, devendo afastar-se definitivamente do cargo no mínimo 120 dias	Alterado. Mantém a vedação, mas exige afastamento definitivo do cargo no mínimo 120 dias antes do pleito eleitoral.

CAPÍTULO / TEMA	ARTIGO 2015	TEXTO ORIGINAL 2015	ARTIGO 2026 PROPOSTO	TEXTO NOVO PROPOSTO	NATUREZA DA ALTERAÇÃO / TRANSPARÊNCIA
				antes do pleito eleitoral.	
CAPÍTULO VII — Reforma estatutária	Art. 93	Estatuto só poderia ser alterado ou reformulado em Assembleia Geral, com quórum previsto no Art. 27, desde que a reformulação não contrariasse os fins da Associação.	Art. 98	Art. 98. Este Estatuto só poderá ser alterado ou reformulado em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto neste instrumento, desde que as alterações não contrariem os fins e os princípios da entidade. Parágrafo único. A Diretoria Executiva ou o Conselho Deliberativo deverão promover revisão estatutária obrigatória a cada 4 anos, assegurando que o Estatuto se mantenha atualizado em relação à legislação vigente e às necessidades institucionais da entidade.	Alterado. Mantém necessidade de Assembleia especialmente convocada e preservação dos fins/princípios, mas vincula ao quórum qualificado previsto no novo Estatuto e cria revisão estatutária obrigatória a cada 4 anos.
CAPÍTULO VII — Vigência	Art. 95	O Estatuto entraria em vigor após aprovação pela Assembleia Geral e na data de seu registro.	Art. 103	Art. 103. Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral e produzirá plenos efeitos após seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas competente, revogando-se todas as disposições estatutárias anteriores, sem prejuízo da validade dos atos praticados sob a vigência dos instrumentos anteriores. São José dos Pinhais, 04 de setembro de 2026.	Alterado. Mantém aprovação e registro, explicita produção de efeitos após registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, revoga disposições anteriores e preserva validade de atos praticados sob estatutos anteriores.

2. Temas novos ou sem correspondência direta no Estatuto 2015

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
Art. 2º, parágrafo único	Mudança de sede sem Assembleia	Art. 2º A Aciap tem sede na Rua Joaquim Nabuco, 1869, Centro, São José dos Pinhais, Paraná, e foro na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Foro Regional de São José dos Pinhais. Parágrafo único. A alteração do endereço da sede poderá ser realizada por proposta da Diretoria Executiva e aprovação do Conselho Deliberativo, dispensada a convocação de Assembleia Geral, desde que o novo endereço esteja situado no Município de São José dos Pinhais.	Tema novo. Permite alterar endereço dentro de São José dos Pinhais por Diretoria Executiva + Conselho Deliberativo, reduzindo burocracia operacional.
Art. 7º	Ativos digitais e propriedade intelectual como patrimônio	Art. 7º O patrimônio social da Aciap é constituído por bens móveis e imóveis que lhe pertencem, marcas, patentes, ativos digitais, domínios, softwares licenciados ou desenvolvidos, bases de dados, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direitos de uso, direitos creditórios e outros bens, direitos e ativos que venham a ser adquiridos ou recebidos em doação, legado, patrocínio, cessão, transferência ou qualquer outra forma admitida em lei.	Tema novo/expandido. Prepara a entidade para softwares, bases de dados, plataformas, marcas, domínios e projetos de inovação.
Art. 8º, VIII a X e XII	Editais, fundos, incentivos fiscais, emendas e instrumentos de fomento como receitas	Art. 8º Constituem receitas da Aciap: I. contribuições financeiras mensais, anuais ou extraordinárias dos associados; II. valores cobrados por benefícios, produtos, serviços, soluções e plataformas disponibilizados, sejam eles produzidos, administrados, intermediados, licenciados ou contratados pela entidade; III. taxas de filiação, adesão, renovação, manutenção, utilização, administração, intermediação ou ressarcimento de custos; IV. doações, legados, subvenções, auxílios, contribuições, patrocínios e repasses financeiros oriundos de convênios, acordos ou parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais, desde que sem condicionantes que comprometam a autonomia e os fins institucionais da entidade; V. rendimentos de aplicações financeiras, juros, correção monetária e demais receitas financeiras; VI. receitas provenientes de bens patrimoniais, incluindo aluguéis, arrendamentos, concessões de uso, cessões de uso, licenciamento de bens, marcas, direitos e ativos; VII. valores oriundos de cursos, treinamentos, eventos, publicações, locação de espaços, feiras, missões, rodadas de negócios, campanhas promocionais e demais atividades de natureza educacional, cultural, promocional, técnica ou institucional; VIII. recursos captados por meio de editais públicos ou privados, projetos de fomento, programas governamentais, chamadas públicas, fundos públicos, fundos privados, fundos patrimoniais e instrumentos nacionais ou internacionais de cooperação; IX. receitas decorrentes de ações culturais, esportivas, científicas, tecnológicas, educacionais, ambientais, sociais, turísticas e de desenvolvimento local, incluindo captação e gestão de recursos oriundos de mecanismos de incentivo fiscal, observada a legislação específica de cada programa; X. recursos provenientes de termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, convênios, contratos de gestão, contratos, parcerias, emendas parlamentares e instrumentos congêneres; XI. receitas decorrentes da execução, administração, coordenação, prestação de contas, gestão operacional ou apoio técnico a projetos, desde que compatíveis com o instrumento jurídico, com a legislação aplicável e com as finalidades da entidade; XII. quaisquer outras receitas lícitas, compatíveis com as finalidades da entidade e permitidas pela legislação vigente.	Tema novo/expandido. Estrutura a base estatutária para recursos incentivados, cultura, esporte, inovação, fundos públicos/privados, emendas parlamentares e termos de fomento/colaboração.
Art. 8º, parágrafos	Vedação de distribuição e Fundo de	Art. 8º Constituem receitas da Aciap: I. contribuições financeiras mensais, anuais ou	Tema novo. Reforça não distribuição de resultados e

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
	Reserva Institucional	extraordinárias dos associados; II. valores cobrados por benefícios, produtos, serviços, soluções e plataformas disponibilizados, sejam eles produzidos, administrados, intermediados, licenciados ou contratados pela entidade; III. taxas de filiação, adesão, renovação, manutenção, utilização, administração, intermediação ou ressarcimento de custos; IV. doações, legados, subvenções, auxílios, contribuições, patrocínios e repasses financeiros oriundos de convênios, acordos ou parcerias com pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, nacionais ou internacionais, desde que sem condicionantes que comprometam a autonomia e os fins institucionais da entidade; V. rendimentos de aplicações financeiras, juros, correção monetária e demais receitas financeiras; VI. receitas provenientes de bens patrimoniais, incluindo aluguéis, arrendamentos, concessões de uso, cessões de uso, licenciamento de bens, marcas, direitos e ativos; VII. valores oriundos de cursos, treinamentos, eventos, publicações, locação de espaços, feiras, missões, rodadas de negócios, campanhas promocionais e demais atividades de natureza educacional, cultural, promocional, técnica ou institucional; VIII. recursos captados por meio de editais públicos ou privados, projetos de fomento, programas governamentais, chamadas públicas, fundos públicos, fundos privados, fundos patrimoniais e instrumentos nacionais ou internacionais de cooperação; IX. receitas decorrentes de ações culturais, esportivas, científicas, tecnológicas, educacionais, ambientais, sociais, turísticas e de desenvolvimento local, incluindo captação e gestão de recursos oriundos de mecanismos de incentivo fiscal, observada a legislação específica de cada programa; X. recursos provenientes de termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, convênios, contratos de gestão, contratos, parcerias, emendas parlamentares e instrumentos congêneres; XI. receitas decorrentes da execução, administração, coordenação, prestação de contas, gestão operacional ou apoio técnico a projetos, desde que compatíveis com o instrumento jurídico, com a legislação aplicável e com as finalidades da entidade; XII. quaisquer outras receitas lícitas, compatíveis com as finalidades da entidade e permitidas pela legislação vigente. Parágrafo Primeiro. As receitas serão integralmente aplicadas na realização dos objetivos institucionais, sendo expressamente vedada a distribuição de lucros, sobras, excedentes operacionais, dividendos, bonificações ou vantagens de qualquer natureza a associados, conselheiros, diretores ou colaboradores, sem prejuízo de remuneração contratual legítima de empregados, prestadores de serviço ou fornecedores, quando admitida neste Estatuto, no Regimento Interno e na legislação aplicável. Parágrafo Segundo. A Diretoria Executiva deverá submeter anualmente ao Conselho Deliberativo proposta de constituição, manutenção ou recomposição de Fundo de Reserva Institucional, recomendando-se a destinação de até 10% do superávit do exercício, sem prejuízo das obrigações assumidas em projetos vinculados, convênios, parcerias, fundos, termos ou instrumentos com destinação específica. Parágrafo Terceiro. A utilização do Fundo de Reserva Institucional dependerá de deliberação fundamentada do Conselho Deliberativo, com parecer prévio do Conselho Fiscal, sendo vedada sua destinação para despesas alheias às finalidades institucionais.	cria reserva mínima do superávit, com uso fundamentado, parecer do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho Deliberativo.
Art. 9º e Art. 66	Proposta orçamentária, plano de metas e controle orçamentário	Art. 9º A Diretoria Executiva deverá elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo, até o dia 30 de novembro de cada ano, a proposta orçamentária do exercício seguinte, acompanhada de relatório justificativo, nos termos do Art. 66 deste Estatuto. Art. 66. A	Tema novo/organizado. Formaliza orçamento anual, parecer fiscal, aprovação pelo Conselho Deliberativo e controle de despesas acima do limite aprovado.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		Diretoria Executiva deverá encaminhar ao Conselho Deliberativo, até o dia 30 de novembro de cada ano, a proposta de plano de metas e previsão orçamentária para o exercício seguinte. Investimentos e despesas poderão ser realocados dentro da previsão orçamentária aprovada, sendo vedado ultrapassar o limite orçamentário sem autorização prévia do Conselho Deliberativo.	
Arts. 11, 29 a 32	Direitos políticos por categoria de associado	Art. 11. Os associados são classificados em: I. com contribuição mensal, anual ou contratual: a. Efetivos: empresas de qualquer natureza ou ramo de atividade, pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos, profissionais liberais, autônomos, produtores rurais ou pessoas que exerçam atividade relacionada às finalidades econômicas, empresariais, profissionais ou institucionais da Aciap, admitidas ao quadro de associados e em dia com as respectivas contribuições; b. Usuários: pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que fazem uso de serviço, solução, produto, plataforma, projeto ou benefício específico ofertado pela entidade, vinculando-se ao quadro de associados pelo período de duração do contrato, termo ou instrumento de prestação de serviço, sendo o desligamento automático ao término deste, salvo manifestação expressa de interesse em migrar para a categoria Efetiva; II. isentos de contribuição mensal ordinária: a. Fundadores: aqueles que participaram da fundação da entidade e, como tais, inscreveram-se até a aprovação do Estatuto inicial; b. Beneméritos: aqueles que tenham prestado relevantes serviços à entidade, à economia do Município, do Estado ou do País, e à classe empresarial; c. Institucionais: pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou público, que, sem fins comerciais perante a Aciap, contribuam com projetos, ações, parcerias ou iniciativas promovidas pela entidade, colaborando para o cumprimento de suas finalidades institucionais. Parágrafo Primeiro. Apenas os associados Efetivos adimplentes e os Fundadores que mantenham vínculo associativo ativo, cadastro atualizado e inexistência de impedimentos estatutários gozam de direitos políticos plenos, incluindo direito de voto nas Assembleias Gerais e candidatura aos cargos eletivos da entidade, respeitadas as demais condições de elegibilidade. Parágrafo Segundo. Os associados Usuários, Beneméritos e Institucionais não possuem direito de voto nem elegibilidade para cargos eletivos, podendo participar de atividades, comissões, projetos ou reuniões em caráter técnico, consultivo ou institucional, quando convidados ou autorizados pelo órgão competente. Parágrafo Terceiro. Os associados Institucionais de direito público não poderão ocupar cargos na Diretoria Executiva, no Conselho Deliberativo ou no Conselho Fiscal, preservando a autonomia e a independência da entidade em relação ao poder público.	Tema novo/essencial. Separa associados com direitos políticos dos usuários, beneméritos e institucionais, evitando que usuários ocasionais ou entes públicos influenciem eleições.
Arts. 14 e 15	Admissão automática com revisão posterior	Art. 14. A admissão de associado nas categorias Efetiva e Usuária dar-se-á de forma automática quando o candidato atender cumulativamente às condições objetivas estabelecidas no Regimento Interno, sendo dispensada deliberação específica da Diretoria Executiva para cada caso. Parágrafo Primeiro. A Diretoria Executiva tomará conhecimento das admissões automáticas realizadas no período em reunião ordinária subsequente ou por meio digital, mediante relatório consolidado elaborado pela secretaria da entidade. Parágrafo Segundo. A admissão automática poderá ser revista pela Diretoria Executiva, de ofício ou mediante denúncia fundamentada, no prazo de até 60 dias contados da data de ingresso, caso seja constatada falsidade nas declarações ou inobservância de qualquer das	Tema novo. Dá agilidade operacional, mas permite revisão por denúncia ou falsidade, com prazo e recurso.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		condições previstas no Regimento Interno, sem prejuízo das penalidades cabíveis. Art. 15. Nos casos em que o candidato não atenda às condições previstas no Art. 14, a admissão será submetida à deliberação da Diretoria Executiva, podendo ocorrer em reunião ordinária ou por meio digital, com prazo máximo total de 60 dias corridos entre o protocolo da proposta e a comunicação da decisão ao candidato.	
Arts. 20 a 22	Falecimento, sucessão de representante e encerramento de pessoa jurídica	Art. 20. Em caso de falecimento de associado pessoa física, o desligamento será automático e imediato a partir do comunicado formal à entidade, com remissão automática das contribuições mensais ou anuais pendentes, sendo vedada sua cobrança contra o espólio, salvo débitos de serviços específicos já prestados cujos contratos prevejam expressamente a responsabilidade do espólio. Art. 21. Em caso de falecimento do titular, sócio ou administrador de pessoa jurídica associada, a empresa ou entidade não será automaticamente desligada, preservando-se o vínculo associativo em razão de sua personalidade jurídica própria. O administrador, sócio remanescente ou representante legal deverá comunicar o fato à entidade no prazo de 90 dias, informando a continuidade das atividades e o novo representante credenciado. Art. 22. Em caso de falência, liquidação judicial ou extrajudicial, dissolução ou encerramento formal da pessoa jurídica associada, o desligamento será automático a partir da comunicação formal à entidade, mantendo-se a obrigação de quitação dos valores pendentes nos termos da legislação aplicável.	Tema novo. Distingue associado pessoa física de empresa associada e evita desligamento automático indevido de pessoa jurídica por falecimento de sócio ou administrador.
Art. 28	Reabilitação de associado excluído	Art. 28. O associado excluído poderá requerer reabilitação ao Conselho Deliberativo após decurso de prazo mínimo de 2 anos, cessação comprovada da causa que motivou a exclusão e quitação integral dos débitos pendentes, corrigidos monetariamente, sendo a deliberação realizada por maioria qualificada de 2/3 dos presentes.	Tema novo. Cria regra de retorno após 2 anos, cessação da causa, quitação de débitos e aprovação qualificada.
Arts. 37, 42, 46, 52, 77 e 87	Reuniões, assembleias e eleições presenciais, virtuais ou híbridas	Art. 37. A Assembleia Geral é o órgão deliberativo soberano e de poder máximo da Aciap, constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos políticos, podendo ser Ordinária ou Extraordinária, em formato presencial, virtual ou híbrido, conforme regulamentação do Conselho Deliberativo. Parágrafo único. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho Deliberativo e, em seu impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho Deliberativo ou, na ausência de ambos, pelo associado Efetivo ativo há mais tempo no quadro social da entidade. Art. 42. As Assembleias serão convocadas com antecedência mínima de 30 dias para a Ordinária e 15 dias para a Extraordinária, por edital publicado no site oficial da entidade e enviado por correspondência eletrônica a todos os associados cadastrados, podendo a convocação ser complementada por publicação em imprensa local e envio por aplicativo de mensagens eletrônicas. Parágrafo Primeiro. Em casos de urgência devidamente justificada, reconhecida pelo Presidente do Conselho Deliberativo e referendada pela maioria simples da Diretoria Executiva, o prazo da Assembleia Geral Extraordinária poderá ser reduzido para o mínimo de 5 dias, com pauta restrita ao assunto urgente. Parágrafo Segundo. Do edital de convocação constarão obrigatoriamente o dia, local, horário, modalidade, primeira e segunda convocação, e a pauta completa. Art. 46. O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente ao menos 2 vezes ao ano, nos meses de março e setembro, e extraordinariamente sempre que necessário, podendo as reuniões realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, instalando-se em primeira convocação com maioria absoluta	Tema novo/modernização. Admite ambientes digitais, mas exige para eleição virtual plataforma auditável, autenticação, logs, comprovante sem identificação do voto e publicação de resultado.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		dos membros, ou em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número. Art. 52. A Diretoria Executiva é o órgão administrativo e executivo da Aciap, responsável pela gestão cotidiana da entidade e pela implementação das deliberações dos demais órgãos, sendo composta por: I. 1 Presidente; II. 1 Primeiro Vice-Presidente; III. 1 Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio; IV. 1 Vice-Presidente da Indústria; V. 1 Vice-Presidente do Comércio; VI. 1 Vice-Presidente do Agronegócio; VII. 1 Vice-Presidente de Serviços; VIII. 1 Vice-Presidente da Construção Civil; IX. 1 Vice-Presidente de Serviços e Soluções; X. 1 Vice-Presidente do Programa Empreender; XI. 1 Vice-Presidente de Comunicação; XII. 1 Vice-Presidente de Desenvolvimento Local; XIII. 1 Vice-Presidente Jurídico; XIV. 1 Vice-Presidente de Projetos, Inovação e Incentivos; XV. 1 Vice-Presidente Secretário; XVI. até 5 Vice-Presidentes em pastas temáticas e estratégicas, criadas por proposta do candidato à Presidência e aprovadas individualmente pelo Conselho Deliberativo no momento da eleição, conforme as necessidades de cada gestão. Parágrafo Primeiro. A Diretoria Executiva será composta por no mínimo 15 membros e no máximo 20 membros. Parágrafo Segundo. O Primeiro Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas ausências, impedimentos, renúncia ou vacância, seguindo-se, nas substituições subsequentes, a ordem numérica dos incisos deste artigo. Parágrafo Terceiro. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente, preferencialmente de forma quinzenal, e extraordinariamente sempre que necessário, podendo as reuniões e deliberações realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, com lavratura de ata em todos os casos. Art. 77. A Aciap poderá desenvolver, apoiar, executar e gerir projetos de ciência, tecnologia e inovação, incluindo pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, desenvolvimento de novos produtos, serviços, processos, modelos de negócio, soluções digitais, inteligência artificial, transformação digital, inovação aberta, extensão tecnológica, incubação, aceleração de empresas, ambientes promotores de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e articulação entre empresas, universidades, instituições de ciência e tecnologia, startups, investidores, cooperativas, entidades do Sistema S, poder público e demais agentes do ecossistema de inovação local e regional. Art. 87. As eleições poderão realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, a critério da Comissão Eleitoral, exigindo-se na modalidade virtual: plataforma digital auditável com registro de log de votação; autenticação segura por credencial individual vinculada ao cadastro de associado; período mínimo de votação de 48 horas; comprovante individual de voto sem identificação da opção; preservação do sigilo do voto; observância da legislação de proteção de dados; e publicação do resultado com demonstrativo de apuração no site institucional em até 24 horas após o encerramento.	
Arts. 48 a 51	Independência e fortalecimento do Conselho Fiscal	Art. 48. O Conselho Fiscal é o órgão de controle encarregado de examinar, acompanhar e fiscalizar o movimento econômico, financeiro, contábil e patrimonial da Aciap, constituído por 3 associados Efetivos titulares e 3 suplentes, eleitos pelo Conselho Deliberativo concomitantemente à eleição da Diretoria Executiva, com mandato de 2 anos. Parágrafo Primeiro. É vedada a eleição para o Conselho Fiscal de membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Deliberativo, garantindo a independência do órgão fiscalizador. Parágrafo Segundo. Os membros do Conselho Fiscal elegerão entre si um Presidente e um Secretário na primeira reunião após a posse, atuando com independência técnica e funcional, com	Tema novo/fortalecimento. Garante independência, acesso a documentos, parecer prévio obrigatório e regra de responsabilidade por dolo, fraude, má-fé ou culpa grave incluída com semântica invertida para não pesar tanto o texto.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		acesso irrestrito a todos os documentos, livros contábeis e informações financeiras da entidade, observadas as obrigações legais de sigilo e proteção de dados. Art. 49. Ao Conselho Fiscal compete examinar e opinar sobre balanços e relatórios de desempenho econômico e financeiro; cotejar as despesas com o orçamento anual aprovado; emitir parecer e denunciar irregularidades ao Conselho Deliberativo e à Assembleia Geral, podendo convocar Assembleia Geral Extraordinária; aprovar, contestar ou impugnar documentos contábeis semestrais no prazo máximo de 60 dias; deliberar pela baixa de dívidas prescritas ou irrecuperáveis, com ratificação do Conselho Deliberativo; acompanhar a execução financeira de projetos com recursos vinculados; e propor a contratação de auditor externo independente quando o volume financeiro da entidade assim justificar. Art. 50. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente em março e agosto de cada ano para apreciar as contas dos semestres anteriores, e extraordinariamente sempre que necessário, lavrando ata circunstanciada em todas as reuniões. A Diretoria Executiva deverá disponibilizar os documentos ao Conselho Fiscal com antecedência mínima de 15 dias em relação às reuniões ordinárias, sendo vedada qualquer alegação de sigilo interno para restringir o acesso do Conselho Fiscal. Art. 51. Os membros do Conselho Fiscal exercerão suas funções a título gratuito e não responderão solidariamente, na forma da legislação aplicável, pelos danos causados à entidade quando não agirem com dolo, fraude, má-fé ou culpa grave no exercício de suas funções.	
Art. 56	Vice-Presidência de Projetos, Inovação e Incentivos	Art. 56. Ao Vice-Presidente de Projetos, Inovação e Incentivos compete coordenar, em conjunto com as áreas técnicas e demais vice-presidências, a prospecção, estruturação, submissão, execução, monitoramento e prestação de contas de projetos, parcerias, recursos incentivados, recursos de fomento, programas de inovação, iniciativas de ciência e tecnologia, projetos culturais, esportivos, educacionais, ambientais e de desenvolvimento local, observadas as competências da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.	Tema novo. Cria uma função estatutária específica para coordenar projetos incentivados, recursos de fomento e inovação.
Art. 67	Publicação anual de balanço, DRE, relatório de gestão e prestação de contas pública	Art. 67. O Conselho Deliberativo promoverá anualmente a publicação do balanço patrimonial, da demonstração de resultado do exercício, do relatório de gestão e da prestação de contas pública anual no site institucional da entidade, no prazo máximo de 60 dias após o encerramento do exercício fiscal, observadas as restrições legais de sigilo e proteção de dados.	Tema novo. Aumenta transparência e facilita relação com associados, poder público, financiadores, patrocinadores e órgãos de controle.
Art. 68 e Art. 80	Conflito de interesses e contratação de associados/conselheiros	Art. 68. É vedada a contratação de serviços ou fornecimento de produtos por membros da Diretoria Executiva em exercício de mandato, seja diretamente, seja por meio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, administradores, representantes ou beneficiários finais, bem como por cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau, salvo hipóteses excepcionais expressamente autorizadas por lei, edital ou instrumento específico e previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo mediante justificativa pública. Parágrafo Primeiro. É permitida a contratação de associados não integrantes da Diretoria Executiva e de membros do Conselho Deliberativo que não exerçam função executiva, observadas cumulativamente as seguintes condições: inexistência de vedação legal, editalícia ou contratual; processo prévio de cotação com no mínimo 3 fornecedores documentado e arquivado, salvo justificativa técnica formal; apresentação do melhor custo-benefício; declaração prévia e expressa de conflito de interesses pelo membro	Tema novo/controle crítico. Veda contratação de diretores em exercício e disciplina contratações de associados/conselheiros com cotação, declaração de conflito, abstenção, ciência do Conselho Fiscal, publicidade e limites.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		interessado, registrada em ata; vedação ao interessado de participar da deliberação; aprovação pela maioria absoluta dos demais membros da Diretoria Executiva; ciência ao Conselho Fiscal; publicização no site institucional no prazo de 5 dias úteis; e limitação a no máximo 5% do orçamento anual aprovado por exercício fiscal, salvo contratação vinculada a projeto com plano de trabalho aprovado por financiador externo, desde que observadas as normas próprias do projeto e aprovação específica do Conselho Deliberativo. Parágrafo Segundo. O descumprimento deste artigo configurará infração grave, sujeitando o responsável às penalidades deste Estatuto, incluindo destituição do cargo, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis. Art. 80. É vedada a participação de dirigente, conselheiro, associado, colaborador ou pessoa a eles relacionada em deliberação que envolva interesse próprio, de cônjuge, companheiro, parente ou pessoa jurídica da qual participe. A contratação de pessoa física ou jurídica vinculada a dirigente, conselheiro, associado ou colaborador somente poderá ocorrer quando não vedada pela legislação, edital ou instrumento do projeto, mediante justificativa técnica, pesquisa de preços, declaração de conflito de interesses, abstenção do interessado na decisão, aprovação pelo órgão competente e registro em prestação de contas.	
Arts. 73 e 74	Captação, execução e prestação de contas de projetos e recursos de fomento	Art. 73. A Aciap poderá elaborar, propor, captar, receber, administrar, executar, monitorar e prestar contas de projetos, programas, planos de trabalho e iniciativas de interesse público, coletivo, empresarial, cultural, esportivo, educacional, científico, tecnológico, ambiental, social, de inovação, empreendedorismo, economia criativa, turismo, desenvolvimento local, qualificação profissional, inclusão produtiva e sustentabilidade. Art. 74. Para a consecução dessas finalidades, a Aciap poderá utilizar recursos próprios, privados, públicos, nacionais ou internacionais, inclusive doações, patrocínios, subvenções, auxílios, contribuições, editais, chamadas públicas, fundos públicos ou privados, fundos municipais, estaduais, federais ou internacionais, mecanismos de incentivo fiscal, emendas parlamentares, convênios, contratos, termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, instrumentos congêneres e parcerias com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.	Tema novo central. Cria autorização expressa para captar, receber, administrar, executar, monitorar e prestar contas de projetos e recursos públicos, privados, incentivados e de cooperação.
Art. 75	Projetos culturais e economia criativa	Art. 75. A Aciap poderá desenvolver, apoiar, patrocinar, executar e gerir projetos culturais, de economia criativa, memória empresarial, patrimônio cultural, audiovisual, produção editorial, música, artes, eventos culturais, formação cultural, festivais, exposições, feiras, democratização de acesso à cultura, preservação de acervos e demais atividades admitidas pela legislação de incentivo à cultura.	Tema novo. Dá base estatutária para leis de incentivo à cultura, projetos culturais, acervos, eventos, patrimônio cultural, produção editorial, audiovisual e democratização do acesso.
Art. 76	Projetos esportivos e paradesportivos	Art. 76. A Aciap poderá desenvolver, apoiar, patrocinar, executar e gerir projetos desportivos e paradesportivos, nas manifestações educacional, de participação, de formação, de inclusão social, de lazer, de saúde, de qualidade de vida, de eventos esportivos, de capacitação, de infraestrutura esportiva e de promoção do esporte como vetor de desenvolvimento econômico e social, observada a legislação aplicável.	Tema novo. Inclui esporte educacional, participação, formação, inclusão social, saúde, lazer, infraestrutura e eventos esportivos.
Art. 77	Ciência, tecnologia, inovação e ICT privada	Art. 77. A Aciap poderá desenvolver, apoiar, executar e gerir projetos de ciência, tecnologia e inovação, incluindo pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, desenvolvimento de novos produtos, serviços, processos, modelos de negócio, soluções digitais, inteligência artificial, transformação digital, inovação aberta,	Tema novo. Inclui pesquisa básica ou aplicada, desenvolvimento de produtos, serviços e processos, IA, transformação digital, inovação aberta, incubação, propriedade intelectual e articulação com

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		extensão tecnológica, incubação, aceleração de empresas, ambientes promotores de inovação, transferência de tecnologia, propriedade intelectual e articulação entre empresas, universidades, instituições de ciência e tecnologia, startups, investidores, cooperativas, entidades do Sistema S, poder público e demais agentes do ecossistema de inovação.	universidades, ICTs, startups e investidores.
Arts. 78 e 79	Segregação contábil/financeira e regras de contratação/prestação de contas de projetos	Art. 78. Os recursos vinculados a projetos incentivados, convênios, termos de fomento, termos de colaboração, acordos de cooperação, fundos, editais ou instrumentos congêneres deverão ser administrados com segregação contábil e financeira, podendo ser exigida conta bancária específica, centro de custo próprio, plano de trabalho, relatório de execução, guarda documental, prestação de contas e observância das normas específicas de cada programa, edital ou instrumento jurídico. Art. 79. A aquisição de bens, contratação de serviços, contratação de pessoal, pagamento de fornecedores, movimentação financeira, guarda documental, publicidade, execução física e prestação de contas dos projetos observarão a legislação aplicável, o instrumento jurídico celebrado, o plano de trabalho aprovado, as normas do financiador, o Regulamento de Projetos, Incentivos Fiscais, Recursos de Fomento e Inovação, e os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência, rastreabilidade, integridade e proteção de dados.	Tema novo/essencial. Exige centro de custo, conta específica quando aplicável, plano de trabalho, relatório de execução, guarda documental, prestação de contas, rastreabilidade e proteção de dados.
Art. 81	Comitê de Projetos, Incentivos Fiscais e Inovação; Política de Inovação; NIT	Art. 81. Poderá ser instituído Comitê de Projetos, Incentivos Fiscais e Inovação, de caráter técnico e consultivo, responsável por analisar previamente a viabilidade jurídica, fiscal, financeira, operacional, contábil e reputacional de projetos financiados por recursos públicos, privados, incentivados ou de fomento, sem prejuízo das competências da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal. Parágrafo Primeiro. A Aciap poderá instituir Política de Inovação e Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em parceria, para gestão de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação, apoio a startups, ambientes de inovação, programas de empreendedorismo inovador e relacionamento com empresas, universidades, instituições de ciência e tecnologia, investidores e poder público. Parágrafo Segundo. A Diretoria Executiva deverá submeter ao Conselho Deliberativo regulamento próprio para projetos, incentivos fiscais, recursos de fomento e inovação, disciplinando fluxos de aprovação, limites de alçada, prestação de contas, contratações, conflitos de interesses, gestão documental, transparência, responsabilidades dos gestores de projetos e procedimentos de encerramento.	Tema novo. Cria suporte de governança técnica para análise prévia de viabilidade, política de inovação, NIT próprio ou em parceria e regulamento de projetos/incentivos/fomento/inovação.
Art. 83	Comissão de Ética Eleitoral	Art. 83. O processo eleitoral será conduzido pela Comissão Eleitoral, constituída pelo Presidente do Conselho Deliberativo, que a presidirá, e por mais 2 associados Efetivos adimplentes e/ou Fundadores por ele designados, que não sejam candidatos nem membros da Diretoria Executiva em exercício, constituída com antecedência mínima de 60 dias da eleição. Parágrafo único. Fica instituída a Comissão de Ética Eleitoral, composta por 3 associados Efetivos adimplentes designados pelo Conselho Deliberativo, com atribuição de receber e encaminhar denúncias de irregularidades durante o processo eleitoral, garantindo o sigilo do denunciante e o contraditório ao denunciado.	Tema novo. Cria instância específica para denúncias eleitorais, separada das funções gerais de compliance.
Art. 87	Eleição virtual auditável	Art. 87. As eleições poderão realizar-se em formato presencial, virtual ou híbrido, a critério da Comissão Eleitoral, exigindo-se na modalidade virtual: plataforma digital auditável com	Tema novo. Define requisitos mínimos para votação digital e maior segurança do processo eleitoral.

ARTIGO(S) NOVO(S)	ASSUNTO NOVO / REFORÇADO	TEXTO NOVO PROPOSTO	FINALIDADE DA INCLUSÃO / IMPACTO
		registro de log de votação; autenticação segura por credencial individual vinculada ao cadastro de associado; período mínimo de votação de 48 horas; comprovante individual de voto sem identificação da opção; preservação do sigilo do voto; observância da legislação de proteção de dados; e publicação do resultado com demonstrativo de apuração no site institucional em até 24 horas após o encerramento.	
Art. 100	Compliance, governança, ética, canal de denúncias, auditoria e relatório de impacto	Art. 100. A Aciap adotará política permanente de compliance, governança, ética e integridade, com os seguintes instrumentos obrigatórios: Código de Ética aprovado pelo Conselho Deliberativo e submetido à revisão a cada 4 anos; Comitê de Ética e Compliance com composição, mandato e competências definidos em regulamento próprio; canal de denúncias acessível a associados, colaboradores, parceiros e terceiros, com proteção do denunciante de boa-fé e contraditório ao denunciado; auditoria externa independente das contas a cada 2 anos, quando o volume financeiro da entidade ou de seus projetos assim justificar; e publicação anual de Relatório de Impacto com indicadores de associados ativos, serviços prestados, ações de capacitação, projetos executados e iniciativas de desenvolvimento local. Parágrafo único. A implementação destes instrumentos será coordenada pela Diretoria Executiva, com prazo máximo de 180 dias contados da data de posse da primeira gestão eleita sob a vigência deste Estatuto.	Tema novo. Cria política permanente de integridade, Código de Ética, Comitê de Ética e Compliance, canal de denúncias, auditoria quando justificável e relatório de impacto.
Art. 101 e Art. 102	Transição e obrigação de novos regulamentos	Art. 101. Os mandatos em curso na data de aprovação deste Estatuto serão respeitados em sua integralidade, aplicando-se as novas disposições estatutárias a partir da posse dos dirigentes eleitos sob a vigência deste instrumento, salvo regras de integridade, transparência, prestação de contas, projetos e proteção patrimonial, que terão aplicação imediata no que couber. Art. 102. A Diretoria Executiva deverá submeter ao Conselho Deliberativo, no prazo máximo de 180 dias contados da aprovação deste Estatuto, proposta de Regimento Interno, Regulamento do Programa Empreender, Regulamento de Projetos, Incentivos Fiscais, Recursos de Fomento e Inovação, Código de Ética e demais políticas internas necessárias à fiel execução deste Estatuto. Parágrafo único. Os regulamentos atualmente vigentes permanecerão aplicáveis, no que não conflitarem com este Estatuto, até a aprovação dos novos instrumentos ou de suas atualizações.	Tema novo. Preserva mandatos em curso, dá aplicação imediata a regras de integridade/projetos/proteção patrimonial e exige novos regulamentos em até 180 dias.

Reunião dia 28/7

- Art. 40, item III, retirar a necessidade de 2/3 de presentes (por consenso);
- Art. 52, nomenclatura das vice-presidências ou diretorias (sem consenso);
- Art. 52, item XVI – aumento da flexibilidade para criação de vice-presidências (10) e retirar a necessidade de aprovação na primeira reunião de eleição... manter a aprovação pelo conselho deliberativo (consenso);
- Manutenção da extinção do conselho da mulher e migração somente para o núcleo (sem consenso);
- Art. 68, exaustivamente discutido o tema, optou-se por seguir a orientação da Faciap, trazida pela Suelen (consenso);
- Art. 85, ajuste para permitir q o membro do conselho fiscal possa participar de Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo (consenso)
- Art. 86, ajustar a questão das procurações para votar (tirar limite curto, mas não engessar - consenso)
- Arts. 96 e 97 unidos só no 96 (consenso);
- Art. 101 – inserção de parágrafo único ajustando a eleição ao novo estatuto (que afeta somente a diretoria executiva - consenso).

Reunião dia 17/8

- Art. 53. elaborar e submeter o Regimento Interno da entidade à aprovação
- Art. 52 (Sr. Gibrim propõe a criação de uma vice-presidência/diretoria de associativismo para fortalecer e aumentar a participação das cooperativas, associações de bairro, entre outras.)
- nas discussões do grupo de estudo do estatuto, ficou em aberta a questão da cobrança judicial de associados inadimplentes, se poderíamos colocar dispositivos que permitissem ou encaminhassem essa execução/cobrança – isso não foi feito ainda